

PLANO DE GOVERNO DO SOLIDARIEDADE

NATAL 2021-2024

PARTE I A CONCEPÇÃO TEÓRICA DA GESTÃO

A nossa premissa: abraçar os desafios que se impõem

Para bem ou para mal, e por múltiplas razões que cabe aqui tergiversar, Natal deu um salto fenomenal na segunda metade do século XX: de aconchego provincial para destino global.

Não é pouca coisa. Governar Natal a sério, hoje, é amparar-se em duas premissas aparentemente distintas, mas que em verdade formam uma só: corresponder às necessidades da população; mas também, e justamente por isso, acolher bem a quem a projeta para o mundo – o turista.

Não é nada superlativo ou sobre-humano, mas quanto mais se acomodam as concepções meramente provincianas, assistencialistas e coronelistas, mais elas retardam o salto de qualidade que Natal pode dar, abraçada com o mundo que a abraçou – para recuperar o tempo perdido na economia, no padrão de vida e na educação, precisa modernizar os seus métodos de gestão.

Quando tivermos uma gestão pautada em resultados, a educação também o será, e a economia reagirá positivamente a ambos os movimentos, e sobretudo não estará sufocada por um governo caro e gastador.

Mas, como a política é cheia de malícias, é bom que fique claro, desde logo: monotemáticos são os tradicionais. Em verdade, nos propomos a uma gestão plural e holística – olhando sempre para o todo.

Assim, não nos pautaremos apenas pelos indicadores da melhor gestão, da melhor educação e da profissionalização de todos os elos da cadeia turística (em Natal, isso seria uma revolução. Silenciosa, mas revolução).

Porque, em verdade, tudo importa: sem resultados positivos em saúde, saneamento e assistência em geral aos mais necessitados, estes continuariam como párias de um desenvolvimento que não existe. E portanto não haveria incremento à educação. Sem qualidade na educação, e sem um ambiente seguro e feliz em

toda a cidade, a produtividade de nossos trabalhadores continua estagnada – ou até retrógrada, considerando que em outras praças ela aumenta. E sem melhorar a produtividade, simplesmente não há acréscimo de riqueza na economia; as oportunidades não aumentam; o valor do trabalho é sempre baixo.

E assim encerramos a premissa:

1. Os setores produtivos de Natal não são mais apenas trabalhadores e patrões (e nem estes são mais tão antagônicos assim).
2. Na sociedade contemporânea, os setores produtivos são esses dois e um vasto mundo de autônomos, independentes e empreendedores de todo porte, com todo tipo de talento.
3. A rigor, estamos no meio de uma sociedade de empreendedores. E tudo o que eles não precisam está no modelo de gestão obsoleta, cara, lenta e que trabalha para si, ou para o seu príncipe.
4. Enquanto a cidade não tiver uma gestão parceira dos seus setores produtivos, que pense e aja com eles, o desenvolvimento holístico de sua gente é pura quimera, o mais tosco engodo.

O nosso instrumental

Para entregarmos um desenvolvimento harmônico de Natal (econômico + tecnológico + social), teremos que levantar a poeira com vários sopros de renovação:

1. **EFICIÊNCIA** - da gestão em si, dos serviços públicos e sobretudo dos gastos públicos.
2. **RESPONSABILIDADE** - na gestão do dinheiro público, rigorosa restrição das despesas às receitas do ano e sujeição das despesas a benefícios para a população. E na gestão de todas as ações públicas, o mais estrito respeito ao meio ambiente.
3. **SEGURANÇA** - na gestão de todos os negócios e atos públicos, confiança e segurança jurídica; na gestão da cidade, segurança para as pessoas em primeiro lugar.
4. **PROFISSIONALIZAÇÃO** - de toda a gestão pública municipal, para elevar os índices de eficiência dos serviços públicos e de satisfação da sociedade; e de todos os elos da cadeia econômica do turismo (entendido como força motriz do nosso desenvolvimento econômico), em parceria com eles e suas entidades de representação.
5. **PLANEJAMENTO** - é inconcebível, no patamar dos tempos que vivemos, a sobrevivência de um modelo de gestão que se move desplanejadamente. Portanto, macroplanejamento em todas as ações globais; e microplanejamento

em todas as específicas (que viabilizam as globais). *Aonde o planejamento é cultura, vira solução e tudo se desenvolve rapidamente. Aonde é corpo estranho, vira o trambolho que descartamos, mas nada se desenvolve.

6. **TRANSPARÊNCIA** - sepultar o tempo em que o acesso às informações públicas são um mistério revelado apenas à vontade do príncipe; abrir um tempo em que a população não precise peregrinar e suplicar por informações que, sendo públicas, são suas e serão sempre divulgadas, e disponíveis sempre que requisitadas, sem os rodeios e salamaleques de hoje.
7. **MERITOCRACIA** - será paulatina, com o mais absoluto respeito à legislação e aos direitos adquiridos, mas será consistente. Porque não se admite mais um serviço público que não se veja como um corpo técnico a serviço não do príncipe, mas da população. E em sendo esse corpo, e ainda que heterogêneo, a partir de nossa gestão haverá que ser valorizado, estimulado e recompensado conforme a sua qualificação e o seu desempenho. E que fiquem tranquilos os atuais membros desse corpo: não serão admitidas “regras curupiras”, que andam para trás. Além disso, a todos será dada a oportunidades de se qualificar, tendo em vista melhores ganhos e melhores serviços ao nosso senhor, que é o cidadão-produtor-pagador de impostos.
8. **CONTROLE SOCIAL** - é simplesmente inadmissível uma gestão supostamente democrática que no entanto se fecha ao controle da sociedade. Isso quer dizer o seguinte: os conselhos municipais não serão mais instrumentos políticos a serviço do príncipe; serão reais, autônomos e com agenda própria. Quanto mais incomodarem a gestão, tanto melhor para ela - que errará menos.

A nossa missão:

Envolver Natal numa experiência de democracia vibrante, funcional e de resultados, integrando as pessoas com os agentes do desenvolvimento e com o cotidiano da sua administração municipal, através de políticas públicas sustentadas na transparência, integradas entre si e focadas no desenvolvimento econômico.

Os nossos objetivos:

1. **Global** - desenvolvimento econômico e social, tendo como alavancas a modernização tecnológica da gestão pública, a qualidade na educação e o fomento para elevação da produtividade dos setores produtivos.
2. **Específicos** - **assentar raízes de uma gestão inovadora** nos requisitos transparência, responsabilidade e eficiência.

PARTE II

A EXECUÇÃO PRÁTICA DA GESTÃO

De caráter gerencialista, será calcada em políticas públicas globais, transparentes e pactuadas com a população e seus agentes econômicos. Será catalisadora de energias da sociedade, e não consumidora delas.

E inovadora no modo de fazer: os secretários municipais nada mais serão do que gestores de políticas públicas, pactuadas com a população via CONTRATO DE GESTÃO firmado com o Município, no qual proporão e assumirão livremente as metas a cumprir, para cada ano e para todo o período da gestão – afinal, a melhor fiscalização não é que vem do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que será muito bem vinda, mas a que vem da sociedade.

Além disso, fará uso das seguintes ferramentas:

- A. **Colegiado Consultivo da Gestão Governamental** – formado pela população e seus agentes econômicos, com participação da gestão municipal, com a finalidade de aconselhá-la e subsidiá-la, publicamente.
- B. **Câmaras Temáticas** – como partes integrantes do Colegiado (acima), dedicar-se-ão a temas específicos do Colegiado, mas relevantemente importantes para a população.
- C. **Gerência Executiva de Projetos** – em cada Secretaria ou equivalente, na Administração Direta ou Indireta, fará o monitoramento da execução de todas ações planejadas.
- D. **Comitê de Governança Eletrônica** – de âmbito municipal, cujos membros (servidores públicos ou não) serão indicados por secretários municipais e nomeados pelo prefeito. Poderá propor tecnologias democratizantes de gestão, informação, comunicação e transparência, e fará o monitoramento de todas que, nessas áreas, forem implementadas.
- E. **Comitê de Modelagem de Parcerias Público-Privadas** – com participação da sociedade e dos seus agentes produtivos, proporá casos e modelos para projetos de grande impacto na economia, no orçamento público e no futuro da cidade. Detalhe de um novo tempo: sempre que possível, o financiamento de grandes projetos será partilhado com os agentes privados. Afinal, não interessarão apenas ao Poder Público, por mais revolucionário que pretenda ser.

EDUCAÇÃO

Legalmente, a EDUCAÇÃO BÁSICA é de competência e responsabilidade dos municípios, embora governos federal e estadual, além de escolas privadas, também possam oferecer Educação Básica – solidariamente aos municípios, portanto.

A EDUCAÇÃO BÁSICA é dividida em dois grandes segmentos – o ENSINO INFANTIL e o ENSINO FUNDAMENTAL.

O ENSINO INFANTIL compreende CRECHE, para crianças de 0 a 3 anos de idade; e PRÉ-ESCOLA, para crianças de 4 a 5 anos de idade.

O ENSINO FUNDAMENTAL se compõe de 9 séries letivas – do 1º ao 9º ano (começa-se como criança, aos 6 anos de idade, e conclui-se como adolescente, aos 15).

O ENSINO FUNDAMENTAL é avaliado, nacionalmente, pelo exame PROVA BRASIL. Que se realiza de dois em dois anos – desde 2005; portanto, em anos ímpares. A avaliação dos alunos do 5º ano em verdade avalia o aprendizado os “Anos Iniciais” (1º ao 5º); assim como a do 9º ano avalia os “Anos Finais”. Compõe-se de duas provas, para ambos os ciclos – Português e Matemática. Porém, a partir da edição de 2019, duas mudanças:

- ✓ A Prova Brasil cedeu lugar ao SAEB – **Sistema de Avaliação da Educação Básica** (aplicando provas padronizadas não só para o Fundamental, mas também para o Infantil; quer dizer: avaliando toda a Educação Básica).
- ✓ Na avaliação do 9º ano foi incluída a prova de Ciências (Humanas e da Natureza).

O IDEB

E como se dá a avaliação de desempenho – do alunado, da escola, do Município? Através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). É o indicador do Ministério da Educação para o desempenho do Ensino Fundamental. Portanto, do desempenho do Município.

Como – a partir dos resultados do exame nacional (Prova Brasil nos anos anteriores ou SAEB em 2019), ele atribui as seguintes médias de desempenho:

- ✓ Por Município
- ✓ Por escola
- ✓ Por ciclo (Anos Iniciais ou Finais)

O IDEB tem como meta o Ensino Fundamental com média 6,0 justamente em 2021, para que esse nosso nível de ensino esteja o mais próximo dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Veremos aqui, portanto, o quão próximo (ou distante) Natal está desses objetivos.

Como vimos, o Município tem responsabilidade em toda a Educação Básica. Por isso, deve prover vagas de EDUCAÇÃO ESPECIAL em todas as etapas/fases, para assegurar ensino (infantil ou fundamental, não importa) para crianças com necessidades especiais, e não segregadas das demais crianças, mas acompanhadas por especialistas.

E ainda compete ao Município prover vagas (necessariamente separadas do ensino regular) na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), no âmbito do Ensino Fundamental, para jovens e adultos fora de faixa e da escola.

Do exposto, nota-se que o Município tem responsabilidades numa vasta gama de serviços educacionais. Mas, por razões óbvias, a população quer sempre saber o seguinte:

1. Tem vaga suficiente em creche?
2. E o desempenho no IDEB é satisfatório? Podemos dizer que os alunos do Ensino Fundamental estão aprendendo básico?

DIAGNÓSTICO E CRÍTICA

APRENDIZADO

Com base nos dados da Prova Brasil e do IDEB de 2017 (últimos dados oficialmente publicados, já que os de 2019 ainda não o foram), podemos focar *só o aprendizado no 9º ano, que representa a conclusão do Ensino Fundamental*. Nesse parâmetro, Natal ficou assim:

TAXA DE APRENDIZADO - PROVA BRASIL 2017		
DISCIPLINA	NATAL	BRASIL
PORTUGUÊS	28%	31%
MATEMÁTICA	11%	14%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br

Como se vê, no 9º ano, apenas 11% dos alunos das escolas municipais de Natal aprenderam Matemática adequadamente; em Português, apenas 28% dos alunos.

Mas é no quesito EVOLUÇÃO DA TAXA DE APRENDIZADO, comparando os resultados da Prova Brasil de 2013, 2015 e 2017, que o IDEB aponta retrocesso ou estagnação de Natal, mesmo quando a média Brasil avançou.

EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO - PROVA BRASIL E IDEB 2017						
MATEMÁTICA 9º ANO	NATAL			BRASIL		
	2013	2015	2017	2013	2015	2017
	12%	11%	11%	10%	13%	14%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br

Ou seja: na rede municipal de Natal, a proporção dos alunos do 9º ano que aprenderam Matemática com um mínimo de adequação, já era baixa e caiu ainda mais nos últimos IDEBs - justo quanto deveria melhorar, considerando as metas globais do IDEB.

INFRAESTRUTURA

A rede municipal de Natal apresenta os seguintes números de unidades de ensino, conforme o Censo Escolar de 2018:

ENSINO	UNIDADES
INFANTIL	84 CMEIs (creche e pré-escola)
FUNDAMENTAL	72 Escolas Municipais

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br

Quanto a funcionários, a rede municipal de Natal está assim dimensionada:

ENSINO	CORPO FUNCIONAL	TOTAL
INFANTIL	Funcionários e Professores	3.047
FUNDAMENTAL	Funcionários e Professores	4.935
Total - Funcionários e Professores		7.982
Só Professores - Ensinos Infantil e Fundamental		4.4961

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br

Salas de Aula

Segundo o Relatório de Gestão da própria SME – Secretaria Municipal de Educação, relativo a 2015, a rede pública municipal dispõe das seguintes salas de aula:

Estabelecimentos	Existentes	Utilizadas
CMEIs	381	379
ESCOLAS	746	794
Total	1.127	1.173

MATRÍCULAS

Por matrículas (números de alunos), a rede municipal está assim (2018):

ETAPA OU MODALIDADE	TOTAL DE MATRÍCULAS
Etapa: Creche	6.673
Etapa: Pré-Escola	8.997
Etapa: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	21.618
Etapa: Anos Finais do Ensino Fundamental	14.114
Modalidade: EJA	5.217
Modalidade: Educação Especial	1.800
TOTAL DE MATRÍCULAS (ALUNOS)	58.419

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br

Mas a qualidade da Educação Básica também se verifica, e muito, pela infraestrutura disponível nas unidades de ensino. E esta é a nossa realidade:

INFRAESTRUTURA BÁSICA NAS UNIDADES DE ENSINO - 2018		
DEPENDÊNCIAS	ENSINO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL
<i>Biblioteca</i>	12% (10 escolas)	72% (52 escolas)
Cozinha	100% (84 escolas)	100% (72 escolas)
<i>Laboratório de informática</i>	10% (8 escolas)	81% (58 escolas)
<i>Laboratório de ciências</i>	0% (0 nenhuma)	14% (10 escolas)
Quadra de esportes	12% (10 escolas)	67% (48 escolas)
<i>Sala para leitura</i>	31% (26 escolas)	38% (27 escolas)
Sala para a diretoria	90% (76 escolas)	99% (71 escolas)
Sala para os professores	61% (51 escolas)	93% (67 escolas)
<i>Sala para atendimento especial</i>	13% (11 escolas)	61% (44 escolas)
Sanitário dentro do prédio da escola	99% (83 escolas)	100% (72 escolas)
<i>Sanitário fora do prédio da escola</i>	8% (7 escolas)	3% (2 escolas)
Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br		

Essa infraestrutura merece destaques e olhares bem atentos. Afinal, em atividades de ensino e alimentação (merenda), a escola pública tem feito a melhor escolha... Para o fracasso.

Vejamos:

- a) **Biblioteca** - é de fato um item muito caro, quando pensamos em bibliotecas de conhecimento universal. E a Prefeitura de Natal muito mal dá conta das pouquíssimas bibliotecas municipais. Porém, não é dessas que se trata aqui. Um acervo de livros para pesquisa já seria uma biblioteca. Mas as nossas *unidades de Ensino Fundamental* vão mal, porque apenas 72% delas dispõem de uma minibiblioteca. Insanidade mesmo é o que se passa nas *unidades de Ensino Infantil* - apenas 12% delas dispõem desse equipamento básico. Lástima!
- b) **Laboratório de informática** - a mesma toada. Uma sala só, para toda a escola, na qual possam se sentar dois ou três alunos diante de um computador, já seria laboratório de informática. Entretanto, apenas 10% das *unidades do Ensino Infantil* têm esse item.
- c) **Laboratório de ciências** - de fato, a mais vexaminosa dessas situações. Nenhuma das unidades de Ensino Infantil tem isso, que está presente em apenas 14% das unidades de Ensino Fundamental. Mais uma vez, não se trata de superlaboratórios: montagens simples, caseiras e artesanais já cumpririam a função.
- d) **Sala de leitura** - nesse quesito, *Ensino Infantil e Fundamental se afundam. Apenas 31% das unidades do Infantil, e 38% do Fundamental, dispõem de uma sala do tipo. E essa informação é relevante, porque muitas unidades de ensino poderiam suprir a falta de biblioteca por uma simples sala de leitura - no entanto, nem isso.*

EDUCAÇÃO MUNICIPAL E O CUSTO ALUNO QUALIDADE (CAQ)

Em 2016 a Prefeitura de Natal fez adesão ao CAQ, conforme a Lei Municipal nº 6.603/2016, que implantou o Plano Municipal de Educação, que é válido por 10 anos.

O CAQ é o Custo Qualidade Educação. Ele é calculado pela plataforma SIMCAQ, da organização Todos pela Educação e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Mas, para que serve mesmo o CAQ? Ele é uma ferramenta que indica à gestão da educação pública o quanto deve ser investido por ano na área, para atingir os indicadores de qualidade da Educação.

O CAQ leva em conta todos os dados educacionais do município – condições da infraestrutura, matrículas (alunos), condições sócio-econômicas da população e dos alunos e desempenho no IDEB. Importante: o Ministério da Educação também reconhece, utiliza e recomenda o CAQ.

Dito isso, vejamos o orçamento básico que o CAQ recomenda para a Educação Básica em Natal no ano de 2020.

[Link: <https://simcaq.c3sl.ufpr.br/simulator/results/budgetforecastreport>]

Antes, façamos um resumo das condições que a ferramenta CAQ leva em conta.

Em Natal – Números de Escolas e Matrículas por Esfera de Administração:

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ESCOLAS		MATRÍCULAS	
	URBANA	TOTAL	URBANA	TOTAL
Federal	8	8	7.026	7.026
Estadual	111	111	52.047	52.047
Municipal	146	146	57.519	57.519
Privada conveniada sem fins lucrativos	6	6	853	853
Privada não conveniada sem fins lucrativos	9	9	5.151	5.151
Privada não conveniada com fins lucrativos	211	211	64.379	64.379
Total	491	491	186.975	186.975

Acima, a ilustração das escolas à disposição da Educação Básica, de todas as vinculações administrativas. Abaixo, o montante a ser investido pelo município, para fins da qualidade na educação que o próprio firmou.

E por que é importante? – Para sabermos se a Prefeitura está propondo um orçamento para a Educação Básica em conformidade com os critérios de qualidade que ela adotou – o CAQ.

Projeção da despesa CORRENTE municipal necessária para 2020 – CAQ:

ADMINISTRAÇÃO	POTENCIAL: RECEITAS CORRENTES EM EDUCAÇÃO (2019)	DESPESAS COM EDUCAÇÃO BÁSICA (2019)	PROJEÇÃO 2020
---------------	--------------------------------------------------	-------------------------------------	---------------

Governo Federal			20.245.722,00
Governo Estadual			330.764.288,00
Governo Municipal	435.292.958,00	384.166.962,00	486.040.095,00
TOTAL			837.050.104,00

Como se vê, projeta uma despesa **CORRENTE**, pelo município, no montante de **R\$ 486.040.095,00**.

Como sabemos, as despesas **CORRENTES** são aquelas de custeio, sendo a principal delas a de pessoal.

Vejamos a projeção da necessidade de despesas de **CAPITAL** – para a rede municipal de Natal em 2020, segundo o CAQ:

Despesa de capital da rede pública	2020
Despesas de capital	116.936.776,00

Agora, atenção ao quadro abaixo:

DESPESAS NECESSÁRIAS EM 2020 CONFORME O CUSTO QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA - CAQ	2020
DESPESAS CORRENTES	486.040.095,00
DESPESAS DE CAPITAL	116.936.776,00
TOTAL	602.976.871,00

Para fazer frente aos desafios de elevar os baixíssimos indicadores da Educação Básica (IDEB), o município de Natal teria que investir R\$ 602.976.871,00 em Educação, entre despesas de custeio e de capital.

Mas, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA-2020), não foi isso o que a Prefeitura programou. Daí, a dúvida: está realmente preocupada com os indicadores de qualidade da educação?

Vejamos o que a Prefeitura consignou na LOA-2020 (os valores já representam despesas correntes e de capital):

- Para Educação Infantil R\$ 170.021.469,00
- Para Ensino Fundamental R\$ 313.442.376,00
- Para EJA R\$ 8.765.200,00
- Total R\$ 492.229.045,00

Portanto, abaixo do indicador (CAQ) adotado pela própria Prefeitura. Agravante: para melhorar minimamente as condições de ensino, o CAQ estima as seguintes despesas, por etapa/modalidade de ensino:

ETAPA / MODALIDADE	DESPESA NECESSÁRIA PARA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM 2020 (R\$)
Creche	131.104.519
Pré-Escola	82.960.561
Ensino Fundamental - anos iniciais	204.153.565
Ensino Fundamental - anos finais	181.581.284

EJA	99.649.404
TOTAL	699.449.333

MATRÍCULAS E GENTE FORA DA ESCOLA

Em termos de matrículas, um detalhamento se impõe: a Educação Básica em tempo integral em Natal – abaixo, conforme a responsabilidade de duas esferas de administração pública, a estadual e a municipal (em 2019):

*EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL - NATAL - 2019				
REDES	ENSINO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL	
	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
	INTEGRAL	INTEGRAL	INTEGRAL	INTEGRAL
Estadual	0	0	732	614
Municipal	200	0	1.559	470
TOTAL	200	0	2.291	1.084

Fonte: Censo Escolar 2019 – IBGE/MEC/INEP

Toda essa projeção do CAQ pode ser verificada no simulador oficial do próprio:
[Link: <https://simcaq.c3sl.ufpr.br/simulator/results/budgetforecastreport>]

Uma deficiência histórica da rede municipal de Natal diz respeito ao Ensino Fundamental em tempo integral, justo o mais recomendado pelos especialistas (quanto mais tempo na escola, melhor para o aprendizado).

Entretanto, pelos dados de 2019, vê-se o quanto é insignificante a educação em tempo integral proporcionada pelo município de Natal – apenas 2.029 matrículas em todo o Ensino Fundamental.

Esse quadro demonstra uma total ausência de política pública direcionada à promoção de educação em tempo integral – ou total ineficácia da ação, considerando que alguma há (do contrário, nem essas 2.029 matrículas existiriam).

É como se a Prefeitura não fizesse o menor esforço rumo ao ensino em tempo integral e, por tabela, ao melhoramento dos indicadores do Ensino Fundamental (IDEB).

Mas espantam ainda mais os números da população escolar que deveria estar em sala de aula mas não está. O Censo Escolar 2019 foi didático a respeito:

ETAPA OU SÉRIE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	POPULAÇÃO FORA DA ESCOLA
Creche - 0 a 3 anos de idade	30.992
Pré-escola - 4 a 5 anos de idade	1.082
Ens. Fundamental I - 1º ao 5º ano	0
Ens. Fundamental II - 6º ao 9º ano	561
EJA - Ens. Fundamental	187.414
TOTAL	220.049

Fonte: Censo Escolar 2019 – IBGE/MEC/INEP

O déficit de vagas em creche (que agora o município de Natal chama de CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil) já é digno de um epíteto superlativo: clássico notório. E ele tem número (2019): mais de 30.000 crianças fora de creche – algumas por opção, apesar da condição social da família, mas a grande maioria por imposição mesmo – da ineficácia do município.

A esse clássico também se devem juntar os mais de 187.000 jovens e adultos que por alguma razão largaram a educação, mas que poderiam muito bem retomar os estudos através da modalidade EJA.

Certamente que muitos desses possíveis “EJA” optaram por uma vida econômica independente da educação formal; e certamente também (já que o Poder Público local não dispõe de dados sobre essa gente, não a mapeia) que a maioria gostaria de retomar os estudos, sobretudo em face dos avanços tecnológicos em todas as atividades econômicas.

Em verdade, o município é obrigado a disponibilizar vagas no EJA-Ensino Fundamental, mas não para esse mar de gente, posto que o estado também tem obrigações nessa área. O ponto é: houvesse uma política sincera para o EJA, estado e Prefeitura se uniriam e até buscariam socorro junto à esfera federal e às empresas privadas – afinal, estas também precisam de profissionais qualificados. E a economia local ainda agradeceria.

EFICIÊNCIA DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO

DESPESA COM EDUCAÇÃO - CAPITAIS DO NORDESTE - 2017 E 2018

[*Conforme despesa empenhada - Anuário Multicidades/Frente Nacional de Prefeitos]

MATRÍCULAS EFETIVAS NO PERÍODO	MUNICÍPIO	2018 (R\$)	DESPESA COM EDUCAÇÃO POR ALUNO (EM 2018)
49.195	Maceió	368.788.349,70	7.496,46
142.596	Salvador	1.195.323.803,64	8.382,59
214.099	Fortaleza	1.257.026.612,76	5.871,24
83.755	São Luís	611.059.729,00	7.295,80
61.034	João Pessoa	403.158.255,98	6.605,47
89.785	Recife	871.722.565,00	9.709,00
88.786	Teresina	509.900.661,58	5.743,03
56.619	NATAL	384.269.189,67	6.786,93
28.168	Aracaju	183.530.012,40	6.515,55

Acima, a prova de que Natal, além de investir mal, propaga uma falácia de que investe muito em Educação: no contexto das capitais do Nordeste, apenas Aracaju/SE (em 2018) investiu menos (no critério Educação por Aluno) do que Natal; todas as demais capitais investiram mais.

E isso não tem a ver com receita. Vê-se, abaixo, que entre as capitais do Nordeste, Natal teve uma receita total maior do que três delas – Maceió, João Pessoa e Aracaju. Outro paradoxo: no quadro abaixo, Maceió com menos receita corrente do que Natal, e mais população do que Natal, mas investe bem mais em educação, inclusive por aluno, do que Natal (ver quadro anterior).

RECEITA CORRENTE TOTAL - CAPITAIS - NORDESTE 2018			
POSIÇÃO	MUNICÍPIO	RECEITA CORRENTE R\$	POPULAÇÃO 2017
1	Fortaleza	6.296.943.717,78	2.643.247
2	Salvador	5.832.310.866,74	2.857.329
3	Recife	4.392.023.597,91	1.637.834
4	São Luís	2.714.490.729,07	1.094.667
5	Teresina	2.622.374.231,74	861.442
6	Natal	2.065.114.842,12	877.640
7	Maceió	1.968.981.311,29	1.012.382
8	João Pessoa	1.964.793.199,09	800.323
9	Aracaju	1.674.897.653,88	648.939

Fonte: Anuário Multicidades – Frente Nacional de Prefeitos

No critério de **DESPESA COM EDUCAÇÃO POR ALUNO**, a situação de Natal também é vexaminosa do seguinte ponto de vista (2018): verdade que, no contexto de todas as capitais do Nordeste, Natal investiu mais do que Fortaleza, Teresina e Aracaju, mas há que se considerar duas dimensões nessa história:

- População – Recife tem duas populações de Natal, mas foi a capital que mais investiu em Educação por Aluno em 2018 (R\$ 9.709,00);
- Salvador tem três populações de Natal, e fez o 2º melhor investimento em Educação por Aluno (R\$ 8.382,59).
- NATAL FEZ APENAS O 8º (PENÚLTIMO!) INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO POR ALUNO. E ISSO, TRISTEMENTE, SE REFLETE NA MÉDIA DO IDEB REFERENTE AOS ÚLTIMOS 5 ANOS. BASTA VER:**

INVESTIMENTO POR ALUNO versus IDEB (VALORES MÉDIOS - *REFERIDOS AOS ÚLTIMOS 5 ANOS)			
MUNICÍPIO	INVESTIMENTO MÉDIO EM EDUCAÇÃO POR ALUNO - R\$	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais
NATAL	6.294,72	4,1	3,3
JOÃO PESSOA	6.483,38	4,2	3,6
RECIFE	8.992,54	4,2	3,0
FORTALEZA	5.481,59	4,3	3,5

Fonte: portal Meu Município, criado pela Fundação Brava e pelo INSPER, para disponibilizar indicadores de desempenho financeiro dos municípios

ACIMA, AINDA SE VÊ O SEGUINTE: JOÃO PESSOA, RECIFE E FORTALEZA INVESTEM MAIS EM EDUCAÇÃO POR ALUNO DO QUE NATAL. LOGO, COLHEM MELHOR DESEMPENHO NO IDEB, E NOS DOIS CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

TAMBÉM SALTA AOS OLHOS OUTRO DETALHE VEXATÓRIO: NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, NATAL TEM UM DESEMPENHO SOFRÍVEL NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Basta olhar com atenção o IDEB 2017, para ver o quanto Natal se arrasta para cumprir suas metas – sim, o IDEB estipula a meta (média) de cada cidade, para cada ano de apuração, para que o País atinja, em 2021, a desejada média 6,0:

IDEB - ANOS INICIAIS - CAPITAIS NORDESTE - 2017				
ANOS INICIAIS	Matemática	Português	IDEB 2017	META 2017
<i>Natal</i>	<i>198,77</i>	<i>193,22</i>	<i>4,8</i>	<i>4,9</i>
Recife	207,69	202,12	5,0	4,9
Fortaleza	222,41	218,13	6,0	4,9
João Pessoa	206,28	200,42	4,9	4,6
IDEB - ANOS FINAIS - CAPITAIS NORDESTE - 2017				
ANOS FINAIS	Matemática	Português	IDEB 2017	META 2017
Fortaleza	254,48	265,68	4,9	4,2
<i>Natal</i>	<i>241,97</i>	<i>244,93</i>	<i>3,5</i>	<i>4,5</i>
João Pessoa	239,78	245,46	4,0	4,0
Recife	247,29	250,51	4,1	4,3

Fontes:

1. Portal do IDEB (ideb.inep.gov.br/resultado).
2. Portal da Organização Todos pela Educação – procurar o sistema QEdU (Qualidade na Educação – qedu.org.br)

Vamos ao que importa – do IDEB e de suas metas:

- a) Dentre as capitais acima, no IDEB das séries iniciais, a rede municipal de Natal está com a pior média, tanto em Matemática como em Português;*
- b) Nas séries finais, Natal está com a pior média em Português, e a 2ª pior em Matemática;*
- c) Quanto às metas do IDEB para 2017, Natal é única que não as atingiu – com o vexame extra de, nas séries finais, ficar vergonhosamente distante da meta (a meta era 4,5; mas ficou em 3,5).*
- d) Ponto para Fortaleza – nas séries iniciais, não só ultrapassou a sua meta para 2017, como já atingiu a meta final de 2021 (6,0); e, nas séries finais, ultrapassou em muito a sua meta para 2017.*

Proposição

- ✓ Compromisso expresso em melhorar os indicadores educacionais de Natal.
- ✓ Adotar o princípio da qualidade do gasto na educação – como: condicionar as grandes despesas da educação à demonstração de resultados nos indicadores e na qualidade da educação.
- ✓ Dotar as escolas municipais (Ensino Fundamental) e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI = creche e pré-escola) de equipamentos básicos, e baixo custo, para a atividade pedagógica: biblioteca escolar e pequenos laboratórios de informática e de ciências (*com qualidade no gasto: redução ou extinção de contratações não essenciais ao processo educativo*).
- ✓ Estimular a presença permanente do corpo docente nas escolas, bem como a frequência dos alunos.
- ✓ Elaborar e implantar o próprio indicador municipal da educação básica, como

ferramenta de monitoramento sistemático do aprendizado, em função das metas do IDEB - outras finalidades:

- a) Aferir, sistemática e periodicamente, a qualidade do ensino, com detalhamento por escola e por disciplina.
 - b) Otimizar a alocação de recursos (financeiros, tecnológicos, metodológicos, humanos e de talentos especiais).
 - c) Estimar uma parcela variável da remuneração dos mestres em função da qualidade do seu trabalho, a ser medida por indicadores de: qualificação, reciclagem e desempenho (dos mestres e dos alunos).
 - d) Estimar uma parcela variável da remuneração dos professores, em função do desempenho e da qualidade do seu trabalho.
- ✓ Envolver a cidade, e sobretudo os seus agentes produtivos, em um pacto pela qualidade na educação, tendo como metas a elevação das taxas de aprendizado e das médias (no IDEB e nos indicadores municipais da educação).
 - ✓ Instituir um estímulo variável aos professores, em função do desempenho, da qualidade do trabalho, da qualificação e da reciclagem e desempenho.
 - ✓ Concurso específico para seleção de professores de elevada qualificação e de alto rendimento (os chamados talentos especiais), a serem alocados nas unidades de desempenho mais baixo, com remuneração diferenciada.
 - ✓ Implantação da Olimpíada Municipal de Matemática.
 - ✓ Integração em rede das unidades, em cada nível de ensino, para melhor aproveitamento das experiências exitosas.
 - ✓ Planejamento Estratégico da Rede Municipal de Ensino. Com visão de longo prazo.
 - ✓ Estimular o domínio do idioma inglês por todos os professores da rede (em parceria com instituições de ensino, públicas e privadas, e com os setores produtivos).
 - ✓ Na formalização do Contrato de Gestão do Secretário de Educação com o Município, serão estabelecidas metas de desempenho de toda a rede.
 - ✓ Por sua vez, o órgão gestor da educação firmará contrato de gestão com os gestores escolares, nos quais estes terão preservada a sua autonomia e forma de eleição, mas assumirão metas de desempenho nos indicadores educacionais.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

O transporte público e de massa

Em matéria de mobilidade nos grandes centros urbanos, não há saída para uma cidade confortável fora do transporte público de massa.

Mas, sem os necessários requisitos de pontualidade, conforto, agilidade e qualidade, o transporte público de massa é só uma miragem. Às vezes, uma quimera, um desatino. E o de Natal, infelizmente, se aproxima dessa última hipótese.

Constatamos no diagnóstico que um dos males responsáveis pelo sucateamento que a má administração de Natal impôs ao serviço de transporte público por ônibus, é o valor elevado da tarifa.

A tarifa

A tarifa em Natal é incompatível com a renda mensal média do usuário.

Não à toa o transporte individual por aplicativo, visto no início como um luxo para poucos, acabou se convertendo em uma das opções acessíveis para o usuário do ônibus.

A tarifa cara provocou a fuga de passageiros para outras modalidades; e a fuga transformou a frota de ônibus numa sucata.

Mas a tarifa cara não é um capricho da natureza ou do divino espírito santo, contra o qual não podemos nos insurgir, nem apresentar saídas.

SIM, SAÍDAS HÁ. E SÃO MÚLTIPLAS.

Isso também quer dizer o seguinte: não existe uma solução apenas. No evento tarifa, assim como em muitos outros da vida, pensando bem as soluções vêm aos montes. Compete ao gestor público discernir, selecionar e agrupar devidamente as soluções. Em outras palavras, formar um conjunto coerente, coeso.

Começemos. Por partes.

Impõe-se a adoção de um conceito e uma ação que se resume numa expressão: **TRANSPORTE SOCIAL**. Consiste na prática de passagens com preços menores, em determinadas faixas de horário. É possível um desconto de até 20% sobre a tarifa preponderante (sim, nos deparamos com a necessidade de várias tarifas; logo, haverá uma preponderante). É sabido que em algumas horas do dia, em dias úteis, os ônibus andam praticamente vazios. Isso ocorre no “miolo” da manhã e da tarde, por exemplo. Nessas horas, cabe baratear a passagem, para trazer de volta aquele passageiro que vai a pé, de bicicleta ou de transporte por aplicativo. Pausa: temos tudo a favor do transporte por aplicativo, e propostas para ele também (mais adiante), mas o Prefeito deve preservar a qualidade do transporte de massa. Mas, e o valor desse desconto, a empresa perde, e conseqüentemente rebaixa a qualidade dos seus serviços? Não! A Prefeitura pode subsidiar essa parte. Mas também pode convencer as outras esferas de governo (estadual e federal) de que o usuário, além de natalense, é potiguar e brasileiro. Ou seja: pode se conveniar com esses governos e, assim, subsidiar a tarifa.

Para muito além do transporte social, Natal há que se debruçar sobre a conveniência e a necessidade de trilhar dois caminhos para as tarifas em geral, porque deve assumir a missão de salvar, resgatar, renovar e melhorar (em muito!) o transporte coletivo de massa e porque, sem essa modalidade de transporte, não progredimos na escala do desenvolvimento, atolamos no precipício do caos, do atraso. E quais são os dois caminhos, então? A – subsídios, ainda que parciais, por conta própria ou com ajuda das outras esferas de governo, para estancar a perda de passageiros e preservar o sistema; B – criar diversas faixas de tarifa (há vários critérios para isso, tais como horários, quilômetros rodados, média de passageiros transportados, se a linha é principal ou de longo alcance, ou é se é de curto alcance e alimentadora da principal), desde que isso implique não só em cativar o passageiro que ficou com o ônibus, mas trazer de volta os que se foram.

Avaliação de desempenho das empresas e renovação da frota

Esse desempenho não depende só das empresas. Ele requer vigilância constante do Poder Público, para jamais perder de vista a necessidade de reduzir o volume de veículos nas vias públicas e otimizar o trânsito.

Sem isso não há velocidade no transporte por ônibus, e o seu usuário permanece insatisfeito, e com razão.

Mas também temos que racionalizar os custos do transporte público. Como isso requer transparência, vamos investir em tecnologia para atrair o cidadão para conhecer e acompanhar a evolução desses custos. Mas racionalizar também significa: atualizar e simplificar a apuração dos custos; criar linhas menores e mais rápidas, com custos mais enxutos, que funcionem interbairros e que alimentem as linhas troncais (circulam nos grandes eixos e avenidas que ligam as grandes regiões da cidade); criar linhas exclusivamente troncais (Natal ainda não as tem), conseqüentemente com menores custos operacionais; integrar o transporte alternativo com as linhas alimentadoras e troncais; e mesmo integrar linhas (o passageiro sai de uma e toma outra, com a mesma tarifa, mas sem que uma mesma linha seja obrigada a lhe servir em todo o percurso).

É prudente que as empresas não fiquem à própria sorte.

A fiscalização será intensificada, mas ela será sempre insuficiente. O desempenho das empresas vai depender muito da nossa capacidade de avaliar o desempenho dela, no todo e em cada linha.

Para tanto, serão criados índices e instrumentos de avaliação de desempenho, com toda a transparência para a população e para a operadora.

Haverá, inclusive, a possibilidade de penalização ou exclusão da empresa do serviço, a depender de sua pontuação na avaliação.

Os indicadores de desempenho estarão associados à idade média da frota: quanta mais velha, menor a pontuação, e quanto menor a pontuação, maior a obrigação da empresa em renovar a frota – ou de perder a concessão, no caso de não renovar.

A licitação do transporte público

A licitação será a regra geral da gestão dos transportes públicos de passageiros.

Ela é o que há de mais moderno e dinâmico nesse setor. Vale a pena repetir: é inaceitável que Natal seja a única capital no Brasil que não licita a concessão de linhas e serviços de transportes públicos, mas os concede conforme os desígnios do gestor municipal

São inúmeras as vantagens da licitação, mas temos que nos concentrar nas principais:

1. Transparência – todos os direitos e deveres das operadoras serão registrados em contratos previamente conhecidos por toda a população, e por ela acessados a qualquer tempo;
2. Tarifação objetiva – a população não mais será surpreendida com reajustes marotos da tarifa, porque todos os mecanismos já estarão definidos na licitação e nos contratos, de cada empresa e de cada linha, dos quais a população terá ampla participação;
3. Avaliação das prestadoras e dos serviços – os critérios de avaliação e pontuação também serão técnicos e objetivos, e prévia e amplamente conhecidos, tanto no Edital da licitação como nos contratos;
4. RENOVAÇÃO DA FROTA – é inútil exigir a renovação da frota com o jogo em andamento, e num jogo em que nem mesmo as regras são conhecidas. Mas, com a licitação, a renovação será condição básica, para o bem (renovação do contrato) ou para mal (perda da concessão). Há espaço para reduzir a idade média da frota de Natal, do patamar de 8 para 5 anos. Estudos indicam que a licitação pode operar essa mudança.
5. Padronização – de frota, de integrações (físicas e tarifárias), de horários e de terminais, de pontos de ônibus e de estações de transferência.

Transporte consorciado em trechos conurbados

É bom o cidadão se acostumar com o conceito de “conurbação”, porque dele vamos tratar com muita responsabilidade. Trata-se de fenômeno típico de grandes cidades com várias outras ao redor dela, coladas a ela, e geralmente usufruindo de serviços dela. No caso específico, vamos convencer as cidades irmãs da necessidade e da vantagem de construirmos um SISTEMA DE TRANSPORTE

METROPOLITANO, a operar nas áreas comuns, através de operação consorciada – de modo que, como serviço à disposição das cidades em jogo, pode e deve receber investimentos de todas, na medida de suas possibilidades, mas o suficiente para segurar a qualidade. Só estaremos superando o atraso das últimas gestões de Natal, que jamais aproveitaram as inúmeras possibilidades da Região Metropolitana. Mas não estaremos inventando a roda, porque esse tipo de sistema já existe no Brasil (Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro – dentre outros).

Com a licitação, a bilhetagem eletrônica

A licitação imporá moralidade e modernidade aos serviços de transportes públicos.

E isso exigirá a bilhetagem eletrônica, da qual Natal não tem mais razões para fugir.

Serão muitas as vantagens da bilhetagem eletrônica, e dizendo respeito a quase todos os aspectos do sistema de transporte público:

1. Maior segurança nos veículos, dada a extinção do dinheiro nos veículos;
2. Maior rapidez no embarque (o sistema dispensa o troco);
3. Eliminação de filas;
4. Eliminação de deslocamentos do usuário para “carregar” o cartão – podendo fazer isso com o celular, por cartão de crédito ou débito;
5. Redução do custo operacional – menos trabalho e papel na apuração de resultados; e inibição da evasão de receita, graças à substituição do dinheiro por créditos eletrônicos;
6. Otimização na geração e controle de informações gerais sobre o serviço;
7. Melhor gestão das tarifas – como todas as passagens (inteiras, meias e gratuidades) serão “pagas” com cartão, fica mais fácil dimensionar o impacto de cada uma na tarifa.

A RIT e a maior integração tarifária

As Redes Integradas de Transportes (RIT) são sistemas formado por linhas expressas, linhas estruturais e linhas alimentadoras, as quais se integram fisicamente, através de terminais e estações de transferência, podendo ainda envolver outros modais, como o trem metropolitano.

Serão estudadas e implementadas as RITs, no maior volume possível, para que Natal, enfim, possa desfrutar de maior integração tarifária (uma mesma tarifa para várias linhas).

Além disso, alguma RIT também pode integrar veículos pequenos, médios e grandes (a depender da demanda a ser transportada), e isso também pode fortalecer o transporte alternativo.

Por fim, as RITs também implicarão em maior agilidade e velocidade do sistema como um todo.

TRÂNSITO E AÇÕES TÍPICAS DE MOBILIDADE

Natal está para além de defasada em matéria de binários.

Vamos corrigir essa rota, porque os binários se impõem, como alternativas menos custosas para destravar o fluxo de veículos em grandes vias e, assim, desobstruir caminhos para o transporte público.

Binários são vias combinadas, e de sentido único, em fluxo e outra contra-fluxo.

Essa solução permite melhorar a velocidade de cruzeiro do transporte, que por sua vez impacta (para baixo) o cálculo da tarifa.

Há vários binários possíveis. Um deles pode combinar a Av. Salgado Filho com a Prudente de Moraes. Neste caso, a faixa de ônibus pode ficar no contra-fluxo, no que os *semáforos inteligentes* (controlados por um sistema que aciona ou muda as cores dos semáforos de acordo com a leitura do trânsito) muito ajudariam, ao permitirem a entrada à esquerda em quase todos os cruzamentos.

Em Natal está se formando um público, formado por corredores de ruas e ciclistas, e que disputa espaço com os modais tradicionais de transporte. Esse público exige, portanto, uma atenção especial da Prefeitura, porque se trata de tendência global.

Para desenvolver ciclovias, Natal dispõe, nos principais corredores, de canteiros bastante largos, que podem muito bem comportar ciclovias, posto que é insano bicicleta disputar espaço com veículos motorizados.

Essas ciclovias precisam ser de fato úteis, conduzindo às áreas mais requisitadas da cidade. Por vezes, elas podem e devem ser construídas em áreas conurbadas. Exemplos: Av. Tomaz Landim, que é bastante usada por ciclistas que se deslocam a trabalho entre Natal e São Gonçalo do Amarante.; e Av. Ayrton Senna, usada por ciclistas a passeio ou a trabalho entre Natal e Parnamirim.

Mas ciclovias exigem bicicletários (estacionamentos típicos de bicicletas). Bom é que o mundo já percebeu a bicicleta como modal de transporte, e já a integra aos modais mais tradicionais de transporte público.

JÁ HÁ CIDADES QUE OPERAM O CHAMADO ESTACIONAMENTO GRATUITO – e não é o que pode parecer. Trata-se de estacionamentos necessariamente articulados com terminais e pontos de ônibus e bicicletários. São gratuitos para quem deixa o carro e segue o trajeto num ônibus ou numa bicicleta (para tanto,

há bicicletário ao lado, aonde a pessoa já pode guardar a sua bicicleta ou mesmo alugar uma). A intenção é clara: reduzir o volume de carros nas ruas.

E JÁ HÁ SUPERCICLOVIAS – rodovias exclusivas para ciclista. O importante aqui não é a superciclovias em si, mas o propósito: incentivar o uso de bicicleta como transporte alternativo, para tirar o carro da rua. Rodou o mundo o caso da superciclovias alemã, a RS1. Liga Dortmund a Duisburg, dois importantes centros industriais do país. Quando concluída, estará conectando 10 cidades, numa extensão total de 96km.

HÁ TAMBÉM SOLUÇÕES MAIS SIMPLES, MAS NÃO MENOS INTELIGENTES, COMO UM VAGÃO EXTERNO DE TREM (URBANO OU METROPOLITANO) COMO BICICLETÁRIO – Os trens de uma linha em Stuttgart puxam um pequeno vagão aberto, no qual os ciclistas estacionem com segurança as suas bikes. Ao descerem do trem, deslocam-se a seus destinos de bicicleta, sem que tenham que pagar nada a mais pelo bicicletário móvel.

Quando se trata de incentivar o ciclismo, para tirar carro da rua e aumentar a velocidade de cruzeiro do transporte público, também já vale a pena subsidiar bicicletas.

Como também vale a pena influir indiretamente no fluxo de veículos, e quase sem custos. Em Natal, quase todos os horários coincidem – repartições públicas, empresas privadas (de comércio, indústria e serviços), escolas (públicas e privadas) funcionam basicamente nos mesmos horários, fazendo dos horários de pico no trânsito um verdadeiro horror. Basta uma legislação simples para descasar esses horários. No mínimo, os órgãos públicos podem alterar seus próprios horários.

Outra providência bastante simples, para destravar o fluxo, chama-se **REMOÇÃO DE OBSTÁCULOS ARTIFICIAIS** – recuos obrigatórios em condomínios, escolas, supermercados e grandes lojas podem impedir que a entrada e saída de veículos desses prédios impactem o tráfego. Mas essa remoção pode ser ainda mais simples: operações de carga e descarga, envolvendo veículos de grande porte, restritas ao horários das 20h às 6h.

Mais simples ainda são operações de tapa-buraco. Por isso mesmo, podem e devem ser permanentes – para desobstruir o fluxo de veículos de buracos típicos de piso mal feito.

MOBILIDADE É SE ABRIR A EXPERIÊNCIAS NOVAS

Além dos semáforos inteligentes, dos estacionamentos gratuitos, das ciclovias e dos bicicletários percorridos acima, a Prefeitura deve estar aberta ao estudo e implementação de experiência de baixo impacto no Tesouro Municipal, mas de alto impacto (positivo) no transporte e no fluxo de veículos.

É o caso, por exemplo, de ÔNIBUS EXCLUSIVOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA - em verdade, mini ônibus, concebidos para transportar 6 a 8 cadeiras de rodas ao mesmo, obedecendo a linhas de longo percurso, especialmente traçadas com base nas necessidades dos cadeirantes.

Ou taxa de congestionamento, já muito comum em várias grandes cidades, inclusive no Brasil - consiste numa taxa para acessar áreas sensíveis da cidade, em dias e horários definidos, para também desestimular o uso do carro. No ano em que foi criado em Cingapura, ainda nos anos 70, houve uma redução imediata de 45% no volume de carros no trânsito. (Hoje, 65% da população usam transportes públicos).

Ou o BRT (Bus Rapid Transit - Transporte Rápido por Ônibus) - consiste num transporte coletivo com mobilidade rápida, confortável e segura, por meio de corredores ou faixas separados dos demais sistemas viários, de tal forma que os ônibus ganham prioridade de ultrapassagem. Os seus terminais são integrados, permitindo a transferência de um BRT para um ônibus comum, com a mesma passagem de BRT. Em Natal, poderemos tomar canteiros centrais, e/ou parte da via, como sentido único para viabilizar o BRT.

Ou a ACESSIBILIDADE PLENA - difícil não se referir a Nova York, aonde, desde 2008, 100% das rampas das esquinas de calçadas são rebaixadas, e TODOS os ônibus possuem plataformas elevatórias para passageiros com mobilidade reduzida.

POR FIM, PARA O PROBLEMA QUE TANTO AFLIGE A POPULAÇÃO NATALENSE USUÁRIA DE ÔNIBUS: A SEGURANÇA - a própria NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos por Ônibus), em parceria com uma empresa privada, desenvolveu um sistema de vídeo monitoramento exclusivo para ônibus urbanos. Permite transmissão ao vivo e em tempo real das imagens captadas pelas câmeras de alta definição nos veículos. Além do banco de dados de imagem de retaguarda, os veículos são equipados com um aparelho que grava todas as imagens, bem como com GPS que permite o seu georreferenciamento. O sistema possibilita pesquisar eventos com filtros de tempo, ônibus, frotas e perímetro no mapa, com dados georreferenciados (GPS integrado). Emite também alarmes personalizados.

TURISMO

O ANUÁRIO DO TURISMO DE 2020 (REF. 2018 E 2019), organizado pelo Ministério do Turismo, é a demonstração mais séria de como a política de turismo de Natal virou um engodo - justo ela, a ferramenta que pode e deve alavancar o

desenvolvimento de nossa economia, está entregue ao improviso, à falta de planejamento, de metas e de articulação com os segmentos produtivos.

O quesito CHEGADAS DE TURISTAS ESTRANGEIROS AO BRASIL (POR VIAS DE ACESSO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO) é suficiente para demonstrar esse descaso com o turismo. Vejamos, abaixo, a lista dos estados que mais receberam turistas em 2018 e 2019:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CHEGADAS DE TURISTAS					
	TOTAL		VIAS DE ACESSO			
	2018	2019	AÉREA		MARÍTIMA	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Brasil	6.621.376	6.353.141	4.328.074	4.288.528	106.593	123.127
1. São Paulo	2.250.994	2.358.979	2.214.787	2.322.772	36.207	36.207
2. Rio de Janeiro	1.293.342	1.252.267	1.247.799	1.198.522	45.543	53.745
3. Paraná	948.388	1.006.752	69.465	41.156	20	17
4. Rio Grande do Sul	1.087.191	772.686	64.591	58.937	2.137	2.147
5. Santa Catarina	226.362	200.746	122.246	110.051	825	3.092
6. Bahia	148.637	152.221	141.295	141.552	7.342	10.669
7. Ceará	107.420	112.920	102.239	108.315	5.181	4.605
8. Pernambuco	121.169	111.920	112.777	100.969	8.392	10.951
9. Mato Grosso do Sul	91.518	81.392	308	191
10. Distrito Federal	75.672	73.860	75.672	73.860
11. Minas Gerais	81.850	54.424	81.850	54.424
12. Amazonas	36.064	29.306	27.576	20.343
13. <i>Rio Grande do Norte</i>	<i>28.672</i>	<i>27.888</i>	<i>28.127</i>	<i>26.551</i>	<i>545</i>	<i>1.337</i>
14. Pará	28.720	26.006	28.248	23.873

Fonte: Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo (www.dadosefatos.turismo.gov.br)

De fato não é fácil competir no turismo. Mas embora não se trate de competição, e sim de potencialização, de aproveitamento de nossas diferenças, é triste ver o quanto os números dos outros são vistosos. O turismo estrangeiro por via marítima, por exemplo. Vê-se agora que não passa de uma enganação: embora em 2019 Natal tenha duplicado (e um pouco mais) os 545 visitantes de 2018, é muito pouca atratividade, e prova de que essa política não existe.

Consulte-se a série histórica da pesquisa e se verá que o patamar é o mesmo – um total de estrangeiros entre 28 mil e 26 mil por ano.

Por óbvio, os dados se referem a RN. Mas, para o azar de Natal, a entrada se dá por Natal, seja por via marítima ou aérea. Logo, falar da presença dos visitantes estrangeiros no RN é falar de Natal.

No quadro acima, foram desprezados os dados referentes às vias Terrestre e Fluvial (por irrelevantes para Natal), e o total reflete as quatro vias de entrada.

Note-se que, nesta lista dos 14 estados mais competitivos, o RN fica em último em 2018 e penúltimo em 2019.

Pernambuco e Ceará estão parelhos e alternando posições de um ano para outro, mas ambos atraem quatro vezes mais que o RN. Note-se também que, como aqui, lá também as capitais são a porta de entrada e o grande destino.

Nos últimos anos, a que se tem resumido a política de turismo de Natal? Grandes festas, grandes folguedos, muitos shows. Mas atenção: isso é muito importante, mas como complemento; como ferramental principal, é insuficiente para cativar o turista, para convencê-lo de nosso patrimônio, cultural e histórico – justo o que fazem nossos concorrentes diretos, Fortaleza e Recife. Ou por outra: Natal nunca foi essa potência em turismo, tal como se vende.

É de perguntar o que faz o Conselho Municipal de Turismo (CMTUR), como órgão consultivo (quanto á política do turismo em geral) e deliberativo (quanto à aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo). É pura energia desperdiçada.

No mais, a Prefeitura organiza o festival gastronômico de fim de ano, dentro da programação do Natal em Natal; uma feirinha permanente de artesanato ao lado da Árvore de Mirassol (porque as demais feiras são organizadas pelos próprios artesãos); e alguns esparsos projetos culturais.

E é gritante a pobreza informativa e interativa do site da Secretaria Municipal de Turismo, especialmente quanto à cidade, à sua cultura, a suas agendas, às suas atrações, ao seu momento histórico.

Proposição

Desenvolver um super portal do turismo – à altura da história, da cultura e da vocação turística da cidade.

Junto com os setores produtivos, desenvolver e implementar um progrma abrangente de qualificação de todos os elos da cadeia do turismo, visando à profissionalização, à superação do amadorismo, e à agregação de valor (cultural e financeiro) ao setor.

E com os mesmos segmentos, desenvolver o Plano Estratégico do Turismo, com metas claras para cada ano da gestão, e atribuíveis a todos os segmentos envolvidos.

Dentro da profissionalização, capacitação no idioma inglês para toda a cadeia do turismo – buscando parcerias as mais diversas, mas incluindo as empresas e entidades do setor e as instituições de ensino. Na verdade, é do emprego de energia renovadora que se trata.

Definir estratégias e diretrizes do turismo em função do desenvolvimento econômico e social da cidade.

Gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUNATUR, não só conforme as deliberações do Conselho Municipal de Turismo, mas também conforme os interesses da cadeia do setor.

Implementar um rico e consistente calendário de eventos, a partir da venda da cidade como destino ideal para tal.

SAÚDE

Situação

- 1.1. O Município, apesar de absorver a demanda dos moradores de Municípios vizinhos por serviços de saúde, com eles não pactua qualquer contrato de cogestão ou consórcio intermunicipal na área de saúde.
- 1.2. Natal dispõe de uma rede física de saúde (pública), conectada ao SUS, com 104 unidades, com predominância de centros de saúde e unidades básicas, incluindo:
 - a) 1 hospital municipal
 - b) 2 unidades mistas (com maternidade);
 - c) 1 maternidade municipal;
 - d) 5 CAPS – Centro de Atenção Psíquica e Social, destinados ao tratamento de dependências do álcool e das drogas e de doenças psíquicas e neurológicas;
 - e) 4 policlínicas;
 - f) 1 CEREST – Centro de Referência Especializado em Saúde do Trabalhador, vinculado à Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhadores (RENAST);
 - g) 1 Centro de Atenção ao Idoso.
- 1.3. Já olhando a rede pública municipal de UBS - Unidades Básicas de Saúde [Fonte: SMS 2006], ela estaria distribuída nos seguintes territórios de saúde:

DISTRITO SANITÁRIO NORTE 1 (14 unidades)
3 Centros de Saúde (Alto da Torre, Nova Natal e Pajuçara) e 11 Unidade de Saúde da Família (África, Redinha, Nordelândia, Vista Verde, Cidade Praia, Gramoré, Nova Natal I e II, José Sarney, Pompéia, Parque das Dunas).
DISTRITO SANITÁRIO NORTE 2 (17 unidades)
CAPS AD II Norte (Potengi); Centro Clínico Asa Norte (Potengi); Centro de Controle de Zoonoses

(Potengi); Centros de Saúde Bela Vista e Igapó, ambos nesse bairro; Centros de Saúde de Soledade II e de Vale Dourado; Clínica Odontológica Infantil I (Potengi); e 9 Unidade de Saúde da Família (Igapó, Santa Catarina, Santarém, Soledade I, Soledade II, Panatis, Parque das Mangueiras, Potengi e Parque dos Coqueiros.
DISTRITO SANITÁRIO SUL (11 unidades)
CAPS II (Lagoa Nova); 7 Centros de Saúde (Candelária, Cidade Satélite, Jiqui, Mirassol, Neópolis, Nova Descoberta, Pirangi e Ponta Negra); Fundação de Esportes de Natal (?); e Unidade Mista de Cidade Satélite.
DISTRITO LESTE (19 unidades)
CAPS ad II (Petrópolis); CAPS II (Tirol); Centro Clínico Dr. Carlos Passos (Ribeira); Centro Clínico Odontológico Norton Mariz (Ribeira); Centro Clínico Pediátrico do Alecrim; 3 Centros de Saúde (Aparecida/Mãe Luíza, Brasília Teimosa, Tirol); Centro Referência em Atenção ao Idoso (Ribeira); Centro Referência em Saúde do Trabalhador-CEREST (Ribeira); Clínica Popular Maria Ferreira (Rocas); Hospital dos Pescadores (Rocas); Residência Terapêutica (Tirol); 3 Unidades de Saúde da Família (Guarita, Rocas, Passo da Pátria); Unidade Familiar Comunitária (Petrópolis); Unidade Materno Infantil de Lagoa Seca; Unidade Mista de Mãe Luiza.
DISTRITO SANITÁRIO OESTE (20 unidades)
CAPS i (Cid. Esperança); Centro de Saúde das Quintas; Clínica Popular de Novo Horizonte; Posto de Saúde do Terminal Rodoviário (Cid. Esperança); SAMU (Dix-Sept Rosado); 11 Unidades de Saúde da Família (Felipe Camarão II e III, Nova Cidade, Bairro Nordeste, Cidade Nova, Bom Pastor, Planalto, Guarapes, Km 6, Monte Líbano, Nossa Senhora de Nazaré); Unidade Inteira da Cidade da Esperança; Unidade Materno Infantil de Dix-Sept Rosado; e 2 Unidades Mistas (Quintas e Felipe Camarão).

- 1.4. Na análise dos profissionais vinculados ao SUS, conta (fonte: SMS 2014) um total de 11.467, com distintos vínculos empregatícios:

SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	TOTAL
Intermediado por entidade sem fins lucrativos	290
Intermediado por cooperativa	93
Intermediado por empresa privada	500
Intermediado por organização não governamental (ONG)	1
Intermediada por organização social (OS)	2
Sem intermediação	309
TOTAL	1195
SEM VÍNCULO E SEM INTERMEDIAÇÃO	TOTAL
De Cooperativa	627
Em Estágio	10
Bolsista	117
Por Contrato Verbal/Informal	16
Proprietário	11
Residência	201
TOTAL	982
COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	TOTAL
Cargo comissionado	11
Celetista	734
Contrato por prazo determinado	460
Emprego público	586
Estatutário	8794
Sem tipo	882
TOTAL	11467

1.5. Na análise das ações realizadas (fonte: SMS 2014), destacamos:

- 1.5.1. Aquisição de veículos, inclusive para ações de DST/AIDS (Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS); para a Saúde Mental (CAPS); para o Programa de Acessibilidade Especial; e ambulâncias para o SAMU;
- 1.5.2. Aquisição de 25 gabinetes odontológicos, com instrumental;
- 1.5.3. Construção de um CAPS na Zona Norte;
- 1.5.4. Construção de uma nova UPA na Zona Norte (Santa Catarina);
- 1.5.5. Fornecimento de Cestas Básicas a 100% dos portadores de Tuberculose em tratamento/cadastrados;
- 1.5.6. Fornecimento de suplementos nutricionais a 100% dos idosos cadastrados no SAD – Serviço de Atendimento Domiciliar;
- 1.5.7. Implantação de Equipes de Consultório na Rua;
- 1.5.8. Implantação de novas equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal;
- 1.5.9. Implantação de atendimento odontológico e pediátrico nas UPAs – Unidades de Pronto Atendimento;
- 1.5.10. Implantação do Teste Rápido para Sífilis e HIV e Teste do Pezinho em todas as unidades da rede básica;
- 1.5.11. Otimização da parceria com o HUOL, com ampliação da oferta de serviços em oncologia, leitos de UTI e cardiologia intervencionista; e com o Hospital Infantil Varela Santiago, com implantação de novos leitos de UTI neonatal;
- 1.5.12. Vacinação de 80% da população de cães e gatos do município.

1.6. Na confrontação das receitas com as despesas (dados de 2020, relativamente a 2019; fonte: SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde), temos as seguintes situações:

INDICADOR	VALOR
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	38,07%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 880,53
Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	35,17%
Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,16%
Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	45,72%
Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,58%
Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	4,20%
Participação das transferências para a Saúde na despesa total do Município	40,64%

com saúde	
Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	25,62%

Desses indicadores, importa reter as seguintes conclusões:

- 1.6.1. No contexto das capitais do Nordeste, Natal apresenta um considerável indicador da despesa com saúde por habitante – R\$ 880,53/hab. A título de comparação, Fortaleza apresenta R\$ 865,36/hab; João Pessoa, R\$ 911,30/hab; e Recife, R\$ 737,86/hab.
- 1.6.2. Entretanto, Natal tem uma elevada participação das transferências que recebe (da União sobretudo, mas alguma coisa do estado) para a Saúde na despesa total do Município – ou seja, das despesas totais do Município (não só Saúde), mais de 40% foram financiadas pelas transferências.
- 1.6.3. No contexto de todas as transferências recebidas pelo Município, mais de 38% o foram na área da Saúde.
- 1.6.4. Isso quer dizer que, em 2019, Natal contou com uma forte participação dessas transferências em suas despesas com saúde.
- 1.6.5. Mas é na qualidade do gasto, mais uma vez, que se impõe analisar: mais de 35% com pessoal, mais de 45% com contratação de serviços terceirizados (predominantemente mão de obra) e apenas 0,58% de todas as despesas com saúde em investimentos (construções, reformas, equipamentos, veículos, computadores). *É muito pouco investimento em Saúde!* Considerando que a maior parte dos serviços terceirizados se refere a pessoal, numa consagrada fórmula de contratar pessoal sem dizer que é pessoal, a Saúde estaria gastando algo acima de 60% de suas receitas com pessoal.
- 1.6.6. Nada contra a contratação de pessoal. Aliás, em saúde, isso se faz necessário mesmo. Mas predomina a contratação de mão de obra de baixa qualificação – posto que os especialistas em saúde (ortopedistas, pediatras, etc.) são contratados como tais, geralmente via suas cooperativas.
- 1.6.7. Salta aos olhos também baixíssimo investimento em medicamentos – pouco mais de 1% da despesa total em saúde. E talvez decorra daí a reclamação que se generaliza nas unidades básicas de saúde, da falta de medicamentos básicos.
- 1.7. Nos mesmos dados (SIOPS: 2020/2019), pode-se ver as coberturas vacinais de Natal em 2019: apenas 70% das vacinas programadas – um dos mais baixos indicadores do RN. Muitas dezenas de Municípios ultrapassaram os 90%, e outras tantas não só atingiram suas metas (100%) como foram além. Abaixo, um pequeno extrato disso:

MUNICÍPIO	RN	TOTAL
240040 AGUA NOVA	111,32	111,32
240400 FRUTUOSO GOMES	130,82	130,82
240560 JARDIM DE PIRANHAS	118,72	118,72
240600 JOSE DA PENHA	118,47	118,47
240690 LUCRECIA	188,30	188,30
240790 MONTE DAS GAMELEIRAS	149,87	149,87
241000 PILOES	110,43	110,43
241120 SANTA CRUZ	119,58	119,58
241142 SANTANA DO SERIDO	110,74	110,74
241255 SAO MIGUEL DO GOSTOSO	134,48	134,48
241330 SERRA DE SAO BENTO	114,52	114,52

- 1.8. No quesito “consulta médica em atenção básica” (2019), Natal registrou um total de 3.024. Parece muito mas não é. Florânia e Passa-e-Fica, por exemplo, são municípios muito pequenos, mas registraram 940 e 1.702 procedimentos, respectivamente – mas eles têm muito menos população (Passa-e-Fica = 13 mil habitantes; Florânia = 9 mil).
- 1.9. Apesar de supostamente liderar a maior Região Metropolitana de Natal, e de indiretamente beneficiar os Municípios limítrofes, NATAL SE MOSTRA INCAPAZ DE PACTUAR CONSÓRCIOS OU COGESTÃO NA ÁREA DE SAÚDE, visando otimizar os serviços e reduzir o impacto dessa demanda em seu orçamento.
- 1.10. E não como não fazer referência aos métodos obsoletos de Natal na gestão dos procedimentos de saúde – a forma artesanal de agir bloqueia a produtividade do sistema e atrapalha o cotidiano da população (ser obrigada a madrugar nas unidades de saúde, para marcação de consulta ou estar entre os poucos a serem atendidos é uma indignidade).

Proposição

- ✓ Subordinação da saúde ao projeto global de gestão – em dois sentidos:
 - a) Gestão da saúde por resultados e indicadores;
 - b) Vigoroso programa de saúde do trabalhador – visando preservar sua saúde e, assim, aumentar a sua produtividade.
- ✓ Pactuar, com toda a Região Metropolitana, a prestação de serviços de saúde, inclusive quanto a formas de financiamento, através da formalização de parcerias, consórcios e experiências de cogestão (festão compartilhada), para

otimizar a prestação dos serviços, inclusive à população dos municípios vizinhos, e reduzir o impacto dessa demanda nos Orçamentos Municipais.

- ✓ Buscar parcerias e recursos (Brasil e exterior) para a mais abrangente modernização tecnológica dos atendimentos em saúde (via Tecnologia da Informação), promovendo a padronização de procedimentos e libertando de vez a população do suplício das filas e dos horários desumanos.
- ✓ Instituir política municipal qualificação permanente de todos os quadros de profissionais da saúde, mantendo-os conectados às melhores práticas e tecnologias, incluindo a formação de um grupo de pesquisa e estudo de práticas inovadoras e eficientes em saúde.
- ✓ Implementar o Consultório Ambulante para ações de atenção a eventuais moradores vitimados pelo alcoolismo ou pela drogadição.
- ✓ Nas ações de cuidado em saúde mental, formalização de parcerias com entidades sem fins lucrativos (a exemplo das Comunidades Terapêuticas) que se dedicam a atividades do gênero e ampliação da rede de *CAPS (Centros de Atenção Psíquica e Social), em áreas de maior incidência do crack e do álcool, considerando as características demográficas dos territórios da saúde municipal.

SANEAMENTO BÁSICO

Diagnóstico

Saneamento é o conjunto de medidas para preservar ou modificar as condições do meio ambiente, a fim de prevenir doenças; promover a saúde; melhorar a qualidade de vida e de produtividade das pessoas; e facilitar a atividade econômica.

No Brasil, o saneamento básico é um direito Constitucional, e definido pela Lei nº 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações necessárias para prover:

- o abastecimento de água;
- o esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgotos);
- a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos (coleta, tratamento e destinação final);
- *a drenagem e manejo de águas pluviais.*

[Nota: face às especificidades e aos transtornos causados à população nos últimos anos, a dimensão DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS será tratada à parte, mas apenas ao capítulo relativo a saneamento]

No ordenamento jurídico nacional, o saneamento compete aos Municípios, que podem operá-lo diretamente ou delegar/conceder a prestação dos serviços (acima) a outras entidades, públicas ou privadas.

Entretanto, desse conjunto Natal clama por melhorar os serviços de esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgotos) e drenagem de águas pluviais.

A rigor, limpeza urbana é uma face do manejo de resíduos sólidos, que significa: coleta, destinação final e tratamento do lixo.

Convém pontuar que abastecimento de água e manejo de resíduos sólidos, em Natal, não estão resolvidos, mas razoavelmente encaminhados, embora com sérios problemas a resolver. A saber:

❖ **No manejo de resíduos sólidos**

1. Nos serviços de coleta: a Prefeitura bloqueia a que os mesmos sejam regulados pela ARSBAN, agência criada por ela própria para reger e fiscalizar todos os serviços de saneamento básico no Município (públicos ou privados), os quais incluem, por dever legal, os de manejo de resíduos sólidos.
2. Nos serviços de destinação final: embora o Município já tenha contratada uma solução ambientalmente sustentada (o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, operado em Ceará Mirim por uma grande empresa privada), são precisamente os termos dessa contratação que preocupam – e nem se trata aqui de desvios éticos, mas de mais benefícios que essa contratação poderia reverter para Natal, do ponto de vista econômico e ecológico.

❖ **No abastecimento de água**

- A. Natal já fornece água tratada a 93% da população, mas graves são outros problemas: o desperdício de água tratada, a tarifa cara e a falta de investimentos - tudo dependente da CAERN, a quem o Município deu o exclusivo monopólio de água e esgotos, mas que vive em eterna 0financeira que a impede de investir e reduzir os transtornos à população.

Desse atraso que se trata, daqui em diante.

Atente-se a alguns dados do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), do Ministério do Desenvolvimento Regional. Um pequeno extrato do Diagnóstico do Saneamento em 2019, elaborado pelo SNIS, só para fins de comparação (*dados fornecidos ao SNIS pelos próprios Município):

Município	Tarifa média (água)	Tarifa média (esgoto)	Receita de água na receita total	Receita de esgoto na receita total	Receitas indiretas na receita total	Consumo médio de água por	Índice de perdas de água por ligação
-----------	---------------------	-----------------------	----------------------------------	------------------------------------	-------------------------------------	---------------------------	--------------------------------------

-	R\$/m ³	R\$/m ³	%	%	%	l/hab.dia	l/dia/lig.
Caicó	4,37	1,56	94,69	2,90	2,41	93,54	132,72
Currais Novos	3,86	1,50	67,58	30,82	1,60	57,85	61,33
Parnamirim	4,47	3,28	94,74	3,30	1,96	120,07	468,29
Macaíba	4,17	0,87	92,64	3,10	4,26	90,9	349,09
Mossoró	4,58	3,16	73,95	25,11	0,93	110,91	573,61
Natal	4,64	3,59	72,03	26,50	1,47	124,60	610,89
São Gonçalo	4,42	1,84	74,43	21,35	4,22	96,52	244,74

Por esse extrato, propositadamente reduzido às maiores cidades do RN, vê-se que Natal pratica a maior tarifa de esgoto (R\$ 3,59). E de água também – e ambas medidas em R\$ por metro cúbico. Quanto à tarifa de esgoto: as que mais se aproximam do topo (Natal) são as de Mossoró e Parnamirim. Todas as demais, porém, abaixo de R\$ 2,00.

Nesse retrato, Natal tem a melhor receita de esgotos (26,5% do total das receitas de água e esgoto), mas é vergonhoso o desempenho em coleta e tratamento de esgotos – importantes demais para a saúde pública para serem negligenciados.

O que pretendemos enfatizar é auxiliado pelo RANKING 2019 DO SANEAMENTO NAS CAPITAIS, elaborado pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – anualmente, tal como os demais rankings (do SNIS e do Instituto Trata Brasil).

O ranking da ABES nos dá melhor noção:

Capital	Fornecimento de água (%)	Esgoto coletado (%)	Esgoto tratado (%)	Lixo coletado	Destinação adequada do lixo	Total de pontos
1. Curitiba	100,00	99,99	100,00	100,00	100,00	499,99
2. Belo Horizonte	94,43	91,90	95,45	96,00	100,00	477,78
3. Goiânia	99,62	92,52	85,96	99,62	100,00	477,72
4. São Paulo	99,30	96,30	77,30	99,10	100,00	472,00
5. Salvador	89,30	78,88	100,00	96,70	100,00	464,88
6. Vitória	92,32	76,48	93,41	100,00	100,00	462,21
7. João Pessoa	100,00	75,80	81,46	99,94	100,00	457,20
8. Palmas	97,43	83,55	75,46	97,52	100,00	453,96
9. Porto Alegre	100,00	90,23	62,96	100,00	100,00	453,19
10. Campo Grande	98,48	80,60	74,81	99,27	100,00	453,16
11. Rio de Janeiro	99,16	85,98	57,50	100,00	100,00	442,64
12. Brasília	98,71	85,10	100,00	98,29	58,51	440,61
13. Recife	85,85	42,60	93,01	100,00	100,00	421,46
14. Florianópolis	100,00	62,98	57,89	100,00	100,00	420,87
15. Aracaju	99,60	49,43	68,05	100,00	100,00	417,08
16. Fortaleza	81,37	50,72	70,05	98,00	100,00	400,14
17. Natal	93,66	36,78	51,91	98,90	100,00	381,25
18. Maceió	91,62	30,91	39,31	97,99	100,00	359,83
19. Manaus	89,26	12,25	59,46	98,01	100,00	358,98
20. Boa Vista	97,73	62,53	94,28	97,71	1,10	353,35

21. São Luís	83,23	48,73	19,71	94,45	100,00	346,12
22. Rio Branco	54,93	21,65	42,08	96,27	99,96	314,88
23. Cuiabá	98,12	53,52	37,09	97,34	1,60	287,67
24. Belém	71,27	12,99	0,98	95,99	100,00	281,22
25. Macapá	41,50	10,17	23,43	95,00	100,00	270,10
26. Teresina	94,31	18,40	19,81	96,15	0,11	228,78
27. Porto Velho	31,78	4,58	3,19	98,00	0,20	137,74

No desempenho medido pelo Trata Brasil, a capital do RN está 17º lugar. *Fatores que derrubam a pontuação de Natal: justamente COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.*

Natal coleta apenas 37% de todo o esgoto gerado pela população. Como se mede isso? Pela ligação de água – a CAERN sabe exatamente de quais imóveis, identificados pelos medidores de água, faz a coleta de esgoto. [Não à toa, na linguagem técnica, cada imóvel é chamado de “unidade medidora”].

No Nordeste, apenas Maceió coleta menos que Natal. E por que Natal coleta tão pouco, se a rede de coleta se expande aos olhos de todos? Veremos isso mais adiante.

No ranking da ABES, o tratamento também achata a nota de Natal: apenas 52% (atenção: do esgoto coletado, e não do total da cidade).

O desperdício de água em Natal é expressivo demais para ser desconsiderado. No mesmo extrato do SNIS, vê-se que, dentre as maiores cidades do RN, Natal ostenta a maior perda na distribuição de água – 611 litros por dia, por cada ligação (média). O mesmo SNIS mostra o nosso desperdício de outro modo: Natal pratica o maior consumo de água (124,6 litros por habitante, por dia).

Como se mede essa perda? Simples: água produzida + água tratada + água importada (de outro agente produtor); desse enorme volume se diminui a água efetivamente faturada – e a diferença é o que o SNIS define como “perda na distribuição”.

A essa perda do sistema, teríamos que somar o desperdício advindo da população.

O que a perda de água tem a ver com coleta e tratamento de esgoto? – Água desperdiçada é água que deixa de ser faturada, e isso, junto com outros motivos, ajuda a explicar a notória crise financeira da CAERN.

Esse desperdício também é retratado por outro ranking, que desfruta de elevado conceito no setor – o do Instituto Trata Brasil. Na versão de 2020, ele compara o desempenho em saneamento das 100 maiores cidades brasileiras, levando em conta bem mais critérios. Dele tomemos apenas um extrato dos dados, restritos às capitais do Nordeste e algumas grandes cidades da região, para tornar mais didático o diagnóstico:

MUNICÍPIO	RANKING 2020	ESGOTO COLETADO (%)	ESGOTO TRATADO POR ÁGUA	INVESTIMENTO POR ARRECAÇÃO	NOVAS LIGAÇÕES DE	PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
-----------	--------------	---------------------	-------------------------	----------------------------	-------------------	--------------------------------

			CONSUMID A (%)	O (%)	ESGOTO EM 1 ANO	2018 (%)
Campina Grande	16	90,29	78,23	1,62	17,57	26,67
João Pessoa	26	79,3	83,25	8,14	31,49	31,35
Salvador	44	81,29	100,00	13,04	14,02	53,86
Aracaju	56	52,45	57,39	26,69	7,29	35,2
Mossoró	68	46,24	51,78	15,86	6,26	56,69
Fortaleza	73	49,89	58,08	18,6	7,71	48,13
Natal	74	39,08	50,31	40,99	3,66	54,78
Recife	75	43,54	74,5	32,36	1,1	58,86
Maceió	80	42,19	44,61	12,9	5,05	61,18
São Luís	82	48,26	18,02	47,4	-	66,24

NO RANKING TRATA BRASIL, A POSIÇÃO DE NATAL, NO 74º LUGAR, É MUITO RUIM. Mais uma vez, são as notas obtidas em coleta e tratamento de esgotos que sujam a fotografia de Natal. *Apenas 39% em coleta e 50% em tratamento* – o Trata Brasil usa uma metodologia um pouco diferente: esgoto tratado em função da água consumida, o que equivale a dizer que Natal trata somente o esgoto gerado por 50% dos imóveis, mas certamente bem menos da metade do esgoto total da população. Explicação: tem esgoto tratado o imóvel que está ligado à rede, e está ligado (geralmente) o de maior porte, vinculado ao maior poder aquisitivo.

Note-se também que o ranking Trata Brasil alerta para o nosso elevado indicador de perdas na distribuição de água (água não faturada), expresso de outra forma (54%).

Até aqui, discorreremos sobre a falta de investimentos em Natal, em coleta e tratamento. O Trata Brasil demonstra isso didaticamente, com o valioso ranking “MELHORES E PIORES INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO”:

Município	Proporção da Arrecadação Investida em Saneamento
Santarém	554,20%
Boa Vista	93,79%
Aparecida de Goiânia	71,67%
Nova Iguaçu	71,54%
Caucaia	71,45%
Rio Branco	66,80%
Serra	57,68%
Caruaru	56,94%
Praia Grande	56,64%
Olinda	51,26%
São Luís	47,40%
Cuiabá	46,99%
Franca	40,69%

Maringá	16,66%
Santos	5,39%
Camaçari	41,22%
Natal	40,99%
Montes Claros	40,30%
Paulista	39,36%
Porto Velho	37,87%

São 20 cidades comparadas. Quanto mais acima da tabela, maior a parcela das receitas de água e esgoto investida em coleta e tratamento; quanto mais abaixo, menor é essa parcela (Natal no quase fim da tabela - posição 17).

A Crítica

2.1. Distribuição de água

- A) Natal fornecer água tratada a 93% da população pode parecer ótimo, mas não é. Já deveria estar em 100% há anos. Além de ser uma meta básica do saneamento, a CAERN a vem protelando com a criminosamente conivência do Poder Concedente (Prefeitura) e do órgão regulador (ARSBAN).
- B) O elevadíssimo desperdício de água tratada, por falhas no sistema de distribuição, penaliza criminosamente a população, ao arcar com a tarifa mais cara no RN, e uma das mais caras no Nordeste, e receber um serviço de baixíssima qualidade - não só na distribuição da água em si, mas sobretudo na coleta e tratamento de esgotos e na drenagem das águas de chuvas, posto que, para todos os serviços, a fonte de arrecadação e de investimentos é uma só: a pesada conta de água que cada residente paga mensalmente.
- C) É gritante a irresponsabilidade da Prefeitura e da ARSBAN ao não intercederem nessa perda de água, como se isso fosse problema da CAERN e do maior sócio dela (o governo do RN). A lógica é simples: água perdida é água não faturada - mas produzida por um sistema caríssimo. E se é menor o faturamento, é menor o investimento. Não há explicação melhor para a perda que não a má manutenção da rede de distribuição.
- D) Se somássemos essa perda do sistema ao desperdício advindo da população, teríamos um cenário fictício em que a água parece um bem barato e infinito - mas não é.

2.2. Coleta e tratamento de esgotos

- A) No âmbito do RN, Natal tem a maior tarifa de esgoto (média de R\$ 3,59 por metro cúbico) e a melhor receita de esgotos (26,5% do total das receitas da CAERN vêm da tarifa de esgoto). Isso se torna doloso quando sabemos que todos pagam, proporcionalmente à água tratada consumida, mas em Natal poucos são beneficiados pelos serviços de coleta e tratamento de esgotos e de drenagem de águas pluviais. Portanto, é injusto esse sistema de tarifação.
- B) Em face dos dados comparativos (acima, no diagnóstico), Natal se acha vergonhosamente atrasada, em comparação com o Nordeste e com as demais capitais do País.
- C) Em comparação com as demais capitais, está 17º lugar. Isso no cômputo geral do saneamento, porque focando em coleta e tratamento de esgotos, fica muito mais bolorenta a fotografia de Natal. Dentre as 27 capitais, apenas 7 coletam menos que Natal (Maceió e Teresina no Nordeste e 5 no Norte do País). E no tratamento de esgotos, fica à frente também de 7 (Maceió, Teresina e São Luís no Nordeste, Cuiabá no Centro Oeste e 4 no Norte).
- D) Porém, focando apenas no Nordeste, não se pode desconsiderar o seguinte fato: as capitais que coletam e tratam menos que Natal têm economia, arrecadação e desenvolvimento urbano inferiores a Natal. Ou seja, Natal dispõe de mais recursos, mas investe menos em saneamento.
- E) E por que Natal coleta e trata tão pouco, se a rede de coleta se expande aos olhos de todos? A conclusão é inevitável: a rede de coleta se expande para compor belas peças publicitárias (mas mentirosas) de “Natal toda saneada”. Além disso, Natal não coleta mais porque não dá condições para os cidadãos de baixa renda ligarem seus imóveis à rede, e expande a rede no improviso, sem estratégia casada com as estações de tratamento, que de fato não andam e, ao final, são o nosso maior problema. Por fim, e mais importante: coleta e (sobretudo) tratamento demandam investimentos, para os quais a CAERN não se prepara e a Prefeitura não se movimenta (em busca de fontes alternativas de financiamento).
- F) Detalhe sórdido é que, pelo menos no Nordeste, Natal é a única capital que dispõe de uma específica agência de regulação do saneamento (a ARSBAN), criada para exigir o cumprimento de metas do Município e da empresa concessionária (CAERN) e impulsionar o saneamento. Mas já se vão 17 anos de ARSBAN e nada de efetivo saneamento.
- G) A fotografia de Natal também fica feia no ranking das 100 maiores cidades do Brasil – na posição 74, com 39% do esgoto coletado e 50% de esgoto tratado tratamento. Mas nesse particular é preciso (re)enfatizar: não se trata do tratamento de 50% dos esgotos totais da cidade, mas só dos coletados.
- H) Resultado: como o esgoto é coletado, em muito maior grau, dos imóveis vinculados ao maior poder aquisitivo (que pode pagar a ligação do imóvel à rede de coleta), é justamente a população mais pobre a mais castigada pela não-coleta e pe não-tratamento.
- I) Mais vergonhosa é a participação de Natal no ranking dos MELHORES E PIORES INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO. Das 20 cidades, Natal está na faixa do rebaixamento (17ª posição). Investe muito pouco (das receitas de água e esgoto) porque compromete muito mais com despesas administrativas, especialmente as de pessoal.
- J) DIZER QUE A OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DE INVESTIR É DA CAERN, É APENAS UMA FIGURA DE LINGUAGEM, PORQUE EM VERDADE A OBRIGAÇÃO LEGAL É

DA PREFEITURA, QUE APENAS A TRANSFERIU À CAERN, MAS SOBRE ELA (PREFEITURA) RECAI A GRANDE CULPA POR NÃO BUSCAR ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

2.3. Destinação final de resíduos sólidos

- A) Deve ser equilibrada, porém severa a crítica ao contrato de Natal com a empresa que opera o Aterro Sanitário da Região Metropolitana, instalado em Ceará Mirim. A destinação e o tratamento finais do lixo doméstico, quando ambientalmente sustentáveis (como é o caso), se converteram em lucrativo negócio eco-ecológico, tendo já surgido bolsas de valores especializadas em negociação de “créditos de carbono” – quem age de acordo com as normas ambientais internacionais emite menos carbono para o clima. Portanto, tem “créditos de carbono”, e os vende para quem tem dificuldade de reduzir a emissão. É preciso saber o quanto desses créditos são revertidos para os cofres do Município de Natal, o grande fiador e financiador do Aterro de Ceará Mirim, que é privado. É muito factível que o aterro fature na recepção do lixo e nos negócios climáticos. Mas, no entanto, a Prefeitura silencia sobre essa dimensão do negócio.
- B) Por outro lado, a instalação do Aterro Sanitário foi certamente um ganho ambiental, mas é preciso que esse ganho também chegue à população, pois do ponto de vista da educação ambiental e do correto manejo do lixo em âmbito doméstico, a população se encontra no mesmo estágio de antes do Aterro.

2.4. *Drenagem de águas de chuvas (tratada à parte, em seção apenas ao capítulo Saneamento)*

III – Proposta

Distribuição de água

- E) Repactuar o Contrato de Concessão firmado com a CAERN, para que ela e o seu maior acionista, o governo do RN, cumpram a meta já bastante atrasada de fornecer água potável/tratada a 100% da cidade.
- F) Fortalecer o órgão regulador (ARSBAN), modificando a legislação para atingir três objetivos:
- Recepcionar a participação livre e abrangente da sociedade, sem controle político do Executivo ou de qualquer grupo específico da sociedade;

- Reunir mais e adequadas condições de exigir o cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Concessão mas que se encontram por demais atrasadas, a comprometer a própria legitimidade da concessão;
 - Iniciar estudos destinados à obtenção de novas modalidades de financiamento, incluindo a possibilidade de divisão e abertura de concessões para empresas privadas, desde que preparadas para universalizar os serviços e elevar o seu padrão de qualidade.
- G) Auditar a série histórica das tarifas dos serviços de água permitidas pelo regime de concessão à CAERN, e ao mesmo tempo discutir amplamente, com a sociedade, modelos alternativos de tarifa, com vistas a uma tarifa justa para a população e suficiente para elevar a qualidade do serviço.
- H) Combater sistematicamente as causas da perda de água na distribuição, com participação incisiva do agente regulador e sobretudo da sociedade, visando no curto prazo a redução dessas perdas e, no médio prazo, a modernização da manutenção, a otimização dos custos dessa manutenção e a melhora da relação custo de operação/faturamento.

Coleta e tratamento de esgotos

- K) Prover estudos e auditorias na série da tarifa de esgotos, com vistas a uma tarefa mais justa para o consumidor, suficiente para remunerar e manter a qualidade dos serviços e, principalmente, proporcional aos serviços de esgotos efetivamente prestados e às características sociais, geográficas e econômicas do usuário/contribuinte.
- L) Prospectar alternativas e novas modalidades de concessão, de financiamento e de novos negócios em torno do esgotamento sanitário de Natal, com vistas a superar a paralisia nos investimentos e os vergonhosos índices de coleta e tratamento de esgotos em Natal.
- M) Nos investimentos, novos ou em curso, privilegiar projetos de coleta e, principalmente, tratamento de esgotos.
- N) Remodelar e potencializar a atuação do órgão regulador municipal, para que o mesmo rompa a relação de dependência (de suas receitas, sobretudo) que mantém com a única concessionária dos serviços de água e esgoto, e para que enfim possa atuar sobre a prestação de todos os serviços de saneamento em Natal.
- O) Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico, com vistas a projeções mais realistas, que considerem a atualidade do contexto fiscal do ente municipal e a heterogeneidade social do Município.
- P) Definir prazos realistas para as metas de universalização do saneamento, de modo a evitar o adiamento generalizado do cumprimento dessas metas pelos serviços concedidos.
- Q) Criar um Conselho Municipal de Políticas de Saneamento, vinculado ao Gabinete do Prefeito (distinto do Conselho Municipal de Saneamento Básico), para discutir e propor políticas de Estado ao gestor Municipal.

- R) Criar um sistema de verificação dos dados divulgados pelo SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), a fim de pautar a atuação do Município com base em dados e métodos científicos aprovados
- S) Preparar e evoluir o município para a condição de mercado atrativo para investimento de empresas de grande porte de saneamento.
- T) Simplificar, para agilizar, todos os procedimentos de licenciamento ambiental das obras de água e esgoto, inclusive de águas de reuso.

Modernização tecnológica dos serviços de saneamento básico

- A) Investir fortemente na pesquisa para modernização tecnológica em saneamento, visando aumentar a eficiência nos serviços, ampliar a oferta e reduzir perdas e custos.
- B) Criar uma política municipal de concursos e prêmios para projetos com tecnologias inovadoras em saneamento.
- C) Formalizar convênios com instituições de pesquisa, nacionais e internacionais, públicas e privadas, visando novas modalidades de financiamento da pesquisa permanente em saneamento.
- D) *Nos serviços de distribuição de água, buscar inovações tecnológicas nas seguintes áreas:*
 - Prevenção, detecção e punição das perdas de água na distribuição, quando tais perdas (obviamente) decorrerem de interferências indevidas e ilegais na rede ou nas unidades medidoras.
 - Otimização dos processos de geração de dados pela rede de distribuição e pelas unidades medidoras, ao ponto de monitorar, em tempo real, o consumo e as intercorrências (devidas ou indevidas), na rede e nas unidades medidoras - cientes de que há diversas tecnologias mobile e por satélite para tais monitoramentos e geração de dados.
 - Redução de perdas por fraudes e ligações clandestinas, com leitura eletrônica e remota das unidades medidoras.
 - Identificação remota e em tempo real das perdas de água, sem necessidade de deslocamentos constantes e improdutivos das equipes de fiscalização - a não ser quando para correção de intercorrências.
 - Promoção da saúde e da qualidade de vida dos colaboradores, sobretudo dos que produzem em campo.
 - Otimização do relacionamento com clientes, incentivando-os ao engajamento nos serviços prestados - incluindo o pagamento de contas por aplicativo ou tecnologia digital.
 - Medição inteligente da água fornecida, inclusive na modalidade pré-paga.

E) *Na coleta e tratamento de esgotos, buscar inovações nas seguintes áreas:*

- Tratamento do produto de fossas sépticas e do esgoto doméstico in loco – considerando a tradicional e grande quantidade dessa modalidade cidade, e para amenizar os impactos no meio ambiente.
- Desenvolvimento de sistemas diversos de reuso de água, apropriados aos mais variados tipos de consumo de água e de geração de águas servidas (esgotos), e capazes de agregar valor à água de reuso.
- Regulamentação do reuso da água, para segurança jurídica dos produtores e consumidores.

DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM NATAL

INFRAESTRUTURA DE ÁGUAS PLUVIAIS EM NATAL

O grande desenvolvimento urbano de Natal se deu nas décadas de 1970 e 1990. No RN, a concentração da população urbana chegou a 72% (IBGE 2010), e essa concentração exerceu fortíssima pressão sobre Natal, cuja população, estimada pelo IBGE em 884 mil habitantes em 2019, já é 100% urbana.

A alta concentração urbana em Natal ocorreu com frenética e desplanejada ocupação do solo, sobretudo em loteamentos e áreas de expansão imobiliária (Zonas Norte e Sul), potencializando a frequência das inundações que vitimizam toda a cidade, em função da desordenada impermeabilização do solo e da canalização sem controle de toda a sorte de materiais e dejetos para os reservatórios naturais.

Como agravante, nos últimos anos, o aumento exponencial da população se concentra na Zona Norte, impactando as áreas de mananciais (rios, riachos, lagoas), que são os exutórios (receptáculos) naturais de absorção e infiltração das águas pluviais no subsolo (realimentação do aquífero e dos lençóis freáticos), e elevando gravemente o risco de inundações.

Na contramão da ocupação desordenada do solo, a infraestrutura de drenagem se revela insuficiente e incapaz para dar conta das águas pluviais, cuja vazão cresce a cada ano, por razões climáticas e ambientais cuja análise foge aos limites da objetividade do presente trabalho.

A política de drenagem de Natal tem se baseado no conceito de *escoar a água o mais rápido possível*, princípio caducado nos espaços urbanos desenvolvidos no início da década de 1970 – justo quando se iniciava a explosão da concentração urbana de Natal. Conseqüentemente, os projetos baseados neste conceito

aumentam as inundações a jusante (correnteza da nascente para a foz), posto que se preocupam, basicamente, com a canalização.

Na medida das precipitações, a água não infiltrada aumenta exponencialmente o volume hídrico nos meios artificiais (superfície das ruas, galerias, canais, bueiros, bocas-de-lobo).

As medidas de controle são classificadas em: (1) controle *na fonte* – quando o controle se dá no lote; (2) controle *por microdrenagem* – intervenções em nível de loteamento ou localidade, direcionadas a um determinado reservatório, natural ou artificial; (2) controle *por macrodrenagem* – soluções estruturais direcionadas aos rios urbanos.

As obras de controle têm sido dominadas, portanto, por uma visão local e setorializada dos problemas, gerando mais impactos em outras pontas e, mais uma vez, desperdiçando recursos.

Natal tem uma topografia especial, com dominância do relevo dunar e rica formação de depressões entre dunas. Essas depressões formavam lagoas naturais, chamadas de sub-bacias confinadas ou fechadas.

A impermeabilização dessas “bacias fechadas” não foi devidamente acompanhada de projetos estruturantes de macrodrenagem – daí ser muito comum, em chuvas intensas, a “ressureição” das lagoas naturais sobre a pavimentação que tomou o seu lugar.

Originalmente, as precipitações pluviométricas de Natal vazavam a jusante para os seguintes mananciais naturais: (1) Rios Potengi e Pitimbu; (2) Riachos Das Lavadeiras e Do Baldo; (3) Dezenas de “bacias” fechadas entre dunas (entre aspas porque, em verdade, bacias mesmo só as abertas, formadas por rios e riachos, restando às lagoas naturais a classificação técnica de “sub-bacias confinadas”).

Aliás, era a vazão a jusante para essas “bacias” fechadas que abasteciam e perenizavam as lagoas naturais. Ainda é assim, mas o tempo verbal no passado se explica pelo fato de que a expansão urbana, à revelia do controle do Poder Público, sacrificou boa parte dessas “bacias” – grandes lagoas como Lagoa Nova, Lagoa Seca, Lagoa do Jacob e Lagoa da Campina simplesmente desapareceram do mapa de Natal, para dar lugar a construções e pavimentações.

Essas “bacias” tinham (e ainda têm) duas importâncias capitais: (1) receber a vazão das águas pluviais; (2) infiltrar essas águas no aquífero, realimentando-o.

A realidade é que as sub-bacias que sobreviveram estão com a sua profundidade seriamente comprometida. Hoje, suas cotas altimétricas variam entre 5m e 29m. E essa capacidade de absorção não apenas foi, mas ainda é agredida e comprometida, básica de duas formas: (1) no seu interior, o leito é assoreado pela deposição de tudo o que não deveria vir junto da vazão pluvial, mas vem (resíduos sólidos, esgotos cloacais, areias, restos de construção e de diversos tipos de materiais orgânicos e inorgânicos); (2) nas margens, que são reduzidas, constantemente, pela expansão de construções clandestinas, sobretudo da população mais pobre, embora empresas também o façam.

O DIAGNÓSTICO

As chuvas têm sido abundantes, frequentes e dispersas ao longo do ano, com média anual considerável (1.546,60mm), com o semestre mais úmido começando em março e terminando em agosto, sendo o mês de junho o mais chuvoso.

As bacias de drenagem de Natal, em sua maior parte, são do tipo natural (fechadas e com solos permeáveis, para infiltração).

Porém, com a impermeabilização do solo, aumentam os volumes do escoamento superficial (que escorre na superfície, via equipamentos de drenagem). Em tese, esse escoamento é favorável à recarga do aquífero, pela menor perda por evaporação.

Na Zona Norte, que corresponde ao chamado Setor de Drenagem I, prevalecem os exutórios (repositórios) naturais das águas pluviais, como bacias abertas que são: Rio Potengi, ao leste; Lagoa Azul, ao norte; Rio Golandim, ao sul; e Lagoa de Extremoz, ao oeste.

Com a promessa de “resolver definitivamente” o problema de inundação na região, foi idealizado o Sistema Integrado de Drenagem da Zona Norte, com a construção de quatro lagoas de captação, localizadas nas comunidades de Jardim Primavera, Aliança, Soledade e José Sarney, e interligadas por túneis extravasores, para reduzir os riscos de inundação em qualquer delas. Esse é o plano, mas o fato é que as comunidades da Zona Norte ainda padecem com inundações e alagamentos.

A outra parte do sistema de drenagem (Setor de Drenagem II) corresponde à ampla faixa territorial da cidade compreendida entre a margem direita do Rio Potengi e as praias urbanas e Ponta Negra, englobando a alta densidade demográfica nas zonas Leste e Oeste e a média na Sul.

Na região interior desse Setor II, a drenagem natural, direcionada aos riachos do Baldo e das Lavadeiras e aos Rio Potengi e Pitimbu, é deficiente. Em função disso, optou-se pelas “bacias fechadas” nas zonas Leste e Sul, com as águas destinando-se, principalmente, às seguintes Lagoas naturais (que acabam funcionando como bacias fechadas): Jaguarari, San Vale e Lagoinha.

Mas as bacias abertas das zonas Leste, Oeste e Sul ainda existem e funcionam, nos seguintes exutórios: Rio Potengi, Praias Urbanas, Via Costeira, Rio Pitimbu e Praia de Ponta Negra.

Esse amplo Setor II tem características díspares:

- ✧ Drenagem convencional em bacias abertas, por galerias de microdrenagem conduzindo águas por gravidade e bombeamento;
- ✧ Sistema de lagoas artificiais interligadas por gravidade e bombeamento;
- ✧ Sistema de lagoas naturais funcionando como bacias fechadas, também integradas por bombeamentos.

Nos últimos anos, os investimentos em infraestrutura de drenagem têm se concentrado nas áreas de expansão urbana da cidade, sobretudo na Zona Sul, predominando projetos clássicos de microdrenagem direcionados a lagoas de captação instaladas em fundos de vales e funcionando como bacias fechadas –

face a poucos projetos mais modernos, integrados de sistemas de macrodrenagem para toda a cidade.

Segundo o Anuário da Cidade, Natal tem 41% da sua área drenada. Porém, por Zona Administrativa, o quadro é gritantemente desfavorável à Zona Norte:

ZONA	ÍNDICE DE DRENAGEM - %
Norte	41
Sul	72
Leste	97
Oeste	72

De um modo geral, conforme estudo de Marceu de Melo (UFRN/SEMURB) e Iang de Brito Chaves Júnior (SEMURB), resume-se assim a situação das sub-bacias (lagoas naturais):

1. Vegetação (importante para fixar as encostas das lagoas e minimizar o carreamento de materiais para o seu interior) – várias espécies, no interior e no entorno, tais como salsa de praia, taboa e algas verdes, e vegetais de médio e grande porte (no entorno), como algodão-do-Pará, castanhola e diversas frutíferas.
2. Animais – presença e criação de diversos animais domésticos (galináceos, felinos, ovinos, bovinos, suínos) no entorno das lagoas.
3. Resíduos sólidos – presença de resíduos sólidos domésticos no interior e no entorno, e até presença de restos da construção civil.
4. Efluentes líquidos – a falta de esgotamento sanitário, em cerca 65% do município, favorece as ligações clandestinas de esgotos diversos para a rede coletora de águas pluviais, que chegam in natura às lagoas de captção e infiltração.
5. Construções irregulares – apesar de proibidas, são muito comuns no entorno das lagoas, e até invadindo-as, para diversos fins, inclusive comerciais.

A Lei Complementar Municipal nº 124/2011, que instituiu o Plano Diretor de Drenagem Urbana, no seu Capítulo II (DAS ÁREAS PASSÍVEIS DE UTILIZAÇÃO PELA INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM), Artigo 10, mapeou as “lagoas” naturais (a rigor, sub-bacias) *passíveis de utilização pela infraestrutura de drenagem*, e sujeitas aos instrumentos do Plano Diretor, especialmente o Direito de Preempção, a Operação Urbana Consorciada e a Transferência de Potencial Construtivo, situadas ou não em zonas adensáveis, da seguinte forma:

ZONA NORTE	ITEM	NOME	BAIRRO	SUB-BACIA	ÁREA (m2)
	1	Lagoa do Sapo	Lagoa Azul	II.1	21.674,00
	2	Lagoa do Soledade	Lagoa Azul	II.5	99.246,00
	3	Lagoa José Sarney	Lagoa Azul	II.6	104.336,00
	4	Lagoa Visc. Ouro Preto	Pajuçara	I.5	2.406,00
	5	Lg. Dr. Carneiro Ribeiro	Pajuçara	II.8	16.316,00
	6	Lg. Parque das Dunas II	Pajuçara	I.5	21.525,00
	7	Lagoa do Santarenzinho	Potengi	II.12	49.227,00
	8	Lagoa Acaraú	Potengi	VI.5B	24.496,00
	9	Lagoa Pq. Coqueiros	N.S. Apresentação	II.13	59.765,00
	10	Lagoa Jardim das Flores	Redinha	VI.2	3.313,00
	11	Lagoa do Câmara Cascudo	Lagoa Azul	II.3	8.294,00
	12	Lagoa do Nova Natal	Lagoa Azul	II.2	3.235,00
	13	Lagoa do Potengi	Pajuçara	I.5	6.831,07
	14	Lagoa do Santa Cecília	Pajuçara	I.3	27.951,47
	15	Depressão em terreno (Pq. Dunas)	Pajuçara	I.4	7.770,37
	16	Lagoa do Hospital Santa Catarina	Potengi	II.11	5.505,81
	17	Lagoa da rua Beberibe	Redinha	V.1	9.862,97
	18	Lagoa do Lot. Nordelândia	Lagoa Azul	II.5	8.572,72
	19	Lagoa do Boa Esperança I	Lagoa Azul	II.2	5.040,00
	20	Lagoa do Boa Esperança II	Lagoa Azul	III.1	9.521,66
	21	Lagoa do Parque Industrial I	N.S. Apresentação	II.10	6.017,69
	22	Lagoa do Parque Industrial II	N.S. Apresentação	II.10	8.294,96
23	Shopping Estação	Potengi	VI.4	3.861,00	
ZONA OESTE	ITEM	NOME	BAIRRO	SUB-BACIA	ÁREA (m2)
	1	Lagoa São Conrado	N. Sra. Nazaré	XII.2	58.665,38
	2	Lagoa do Horto	Cid. Esperança	XV	5.674,96

	3	Lagoa do Planalto II	Planalto	XVI.4	32.556,65
	4	Lagoa do Planalto III	Planalto	XVII.2	11.156,63
	5	Lg. Cidade Nova (Proposição)	Cid. Nova	XIV.2	3.916,18
	6	Lagoa Planalto IV	Planalto	XVI.5	3.036,06
	7	Lagoa do Guarapes	Guarapes	XVIII	16.495,93
	8	Foz do riacho das Quintas	Nordeste	XII.1	3.269,62
	9	Foz Drenagem Arena das Dunas	Bom Pastor	XIV.1	3.927,41
	10	Nova Cidade - (Stand de tiro)	Cidade Nova/Candelária	XV	21.718,28
ZONA LESTE	ITEM	NOME	BAIRRO	SUB-BACIA	ÁREA (m2)
	1	Lg. das Dunas	Tirol	IX.2	9.683,30
	2	Canal Tirol Petrópolis	Ribeira	VII.3	475
	3	Galeria Rua Guanabara	Mãe Luiza	VIII.4	930
	4	Galeria da Rua João XXIII	Mãe Luiza	VIII.5	774
ZONA SUL	ITEM	NOME	BAIRRO	SUB-BACIA	ÁREA (m2)
	1	Lg. Bairro Latino	Candelária	XVII.3	4.651,00
	2	Lg. Natal Shopping	Candelária	XI.3B	14.675,00
	3	Lg. da CIDA	Neópolis	XIX.5	15.823,00
	4	Lg. do Jiquí	Neópolis	XIX.3	13.432,00
	5	Lagoa do Socyte	Neópolis	XIX.4	13.127,00
	6	Lagoa dos Potiguares	N. Descoberta	XII.3	15.828,00
	7	Lagoa do Xavantes	Pitimbu	XVII.2	31.797,00
	8	Lagoa dos Caiapós I	Pitimbu	XVI.5	16.462,00
	9	Lagoa de Lagoinha	Ponta Negra	XIX.5	157.418,00
	10	Lagoa da Ouro Preto	Neópolis	XIX.4	17.170,70
	11	Lagoa do San Vale RD 01	Candelária	XVII.4A	10.411,29
	12	Lagoa do San Vale RD 02A	Candelária	XVII.4B	17.065,68
13	Lagoa do San Vale RD 02B	Candelária	XVII.4B	7.031,96	

14	Lagoa do San Vale RD 03	Candelária	XVII.4D	33.502,84
15	Lagoa do San Vale RD 04	Pitumbu	XVII.4C	125.122,56
16	Lagoa do San Vale RD 05	Pitumbu	XVII.6	13.594,12
17	Lagoa do San Vale RD 06	Pitumbu	XVII.5	3.882,79
18	Lagoa Natural	Pitumbu	XVII.5	8.610,07
19	Lagoa r. Oswaldo Fortes	Ponta Negra	XIX.5	12.431,00
20	Lagoa da Umbelino Coelho	Neópolis	XIX.5	8.143,00
21	Lagoa da rua dos Perdizes	Pitumbu	XVII.6	23.118,74
22	Lagoa dos Caiapós II	Pitumbu	XVII.6	8.261,53
23	Área R. Carteiro José Lúcio	Neópolis	XIX.4	4.247,00
24	Lagoa da COHAB	Neópolis	XIX.5	1.815,00
25	Saída do Túnel Via Costeira	Parque das Dunas	XIII	741
26	Lg. da Av. Praia de Genipabu	Ponta Negra	XIX.2E	19.146,00
27	Lg. Capim Macio RD 03	Capim Macio	XIX.2D	22.377,00
28	Final da Av. Jaguarari	Candelária	XV	3.986,00

Seriam, portanto, 65 sub-bacias naturais, boa parte já utilizadas no sistema municipal de drenagem urbana, e outras ainda passíveis de utilização (a depender de como fica o Plano Diretor de Natal).

Por que "seriam"? Porque, já em levantamento de 2015, a Prefeitura anotava a existência de 72 reservatórios na cidade, entre naturais e artificiais – como sempre, a maior parte nas Regiões Norte e Sul.

Ultimamente, as obras de macrodrenagem (as estruturantes) não passam de projetos simples de canalização (retificação da calha principal, aterros de áreas alagadiças, bueiros, galerias, bocas-de-lobo).

Afora esses projetos, ocorrem ações sociais, visando modificar padrões de comportamento da população (normas, sanções econômicas, programas educacionais).

Para mitigar a descaracterização das lagoas naturais, o Poder Público tem criado algumas lagoas artificiais de captação, como elementos auxiliares na drenagem urbana. Mas não cabe reproduzir aqui as muitas matérias de jornais sobre o descaso da administração municipal com essas lagoas de captação, resultando inclusive em algo corriqueiro e impensável para a sua finalidade: ALAGAMENTOS. Isso decorre de uma visão administrativa que privilegia as ações de socorro emergencial, por descuidar da manutenção contínua.

É basicamente a pequenos projetos de microdenagem, e em ações de cunho social/educativo, que se resume a intervenção do Poder Público, para manter um sistema de lagoas naturais de fundamental importância para o Município, seja para reserva de águas pluviais; para filtragem e infiltração no aquífero; ou para abastecimento de água potável – é relevante demais, a esse respeito, o papel da Lagoa do Jiquí, que abastece 30% da Zona Sul, e da Lagoa de Extremoz, que abastece 70% da Zona Norte.

A situação atual é mais crítica nas Zonas Norte e Sul, nas quais a urbanização é fenômeno recente e com alta densidade demográfica e ausência de investimentos na infraestrutura de drenagem.

Daí porque, sobretudo na Zona Norte, de muito menor poder aquisitivo da população, a solução mais frequente é o combo clássico: fossa séptica + sumidouro.

E o Poder Público municipal faz vista grossa a essa solução “caseira”, e até se beneficia dela de forma legal e institucional, naquilo que acaba se transformando em elemento principal da sua política de drenagem – *a reserva legal de 20% de cada lote sem construção, livre de impermeabilização, para fins de infiltração das águas pluviais, conforme normativa consagrada no Plano Diretor da Cidade.*

A expansão territorial a partir dos loteamentos provocou o crescimento da malha viária, agravando a impermeabilização do solo sem uma prévia rede de drenagem de águas pluviais.

A caracterização de algumas das lagoas de captação artificiais dá uma breve ideia da má manutenção:

(A) Lagoa do Conjunto Santarém, no bairro Potengi (Zona Norte). Situada numa área densamente povoada e urbanizada, às margens de uma avenida de grande circulação (a Itapetinga), com forte presença de moradias horizontais ao redor, disputando espaço com equipamentos urbanos de grande porte, como uma Escola Estadual, uma Biblioteca Pública, uma Estação Elevatória da CAERN, um Posto Policial, um templo religioso, quadras de esportes e um espaço aberto para eventos. Em outras palavras, um convite para intervenções irregulares na lagoa. Que sofre com falhas no cercamento, com taludes danificados, com sedimentos acumulados no interior do lago, com lançamento irregular de águas servidas da população, com ligações clandestinas de esgotos domésticos às galerias que se ligam à lagoa. Essa precária manutenção reduz a capacidade de retenção das águas pluviais e a qualidade da água infiltrada no solo (contaminando o aquífero).

(B) Lagoa do Parque dos Coqueiros, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, também na Zona Norte. Divide a área com outros equipamentos urbanos, como Posto Policial e Quadras de Esporte e ainda faz limite com a feira livre do bairro (Avenida da Seringueiras). Recentemente passou por um processo de urbanização e em seu entorno foi inaugurado o Espaço de Lazer Marinho Chagas, em 2016, com área para a prática de esportes, iluminação, paisagismo, acessibilidade, parque infantil e academia da terceira idade. Contudo, em 2018, com a obra para esgotamento sanitário de Nossa Senhora da Apresentação, que

inclui uma rede de drenagem das vias pavimentadas, e que tem como destino a Lagoa do Parque dos Coqueiros, esta ganhou um 2º reservatório. Assim, dois anos após a entrega do Espaço de Lazer Marinho Chagas, a população viu o seu desmanche. Nas duas lagoas, há falhas no cercamento, na presença de resíduos sólidos, na existência de líquido esverdeado permanentemente (evidenciando o carreamento de águas servidas).

- (C) Parque de drenagem de Capim Macio, na Zona Sul de Natal. Conta com o maior número de lagoas de captação artificiais (após a pavimentação do bairro). A solução adotada para drenagem é um sistema integrado com cinco Reservatórios de Detenção (RD1 a RD5), com as lagoas interligadas entre si, e um sistema misto de transporte da água entre elas (por gravidade e bombeamento). O RD1 escoar por gravidade para o RD2; que escoar por gravidade para o RD3; que escoar por bombeamento para o RD4. Por fim, as águas são transferidas por gravidade para o RD5, instalado em área de duna para facilitar o abastecimento “natural” do lençol freático. Da concepção do projeto, constam: implantação de uma lagoa de captação para o RD1; calçada para pedestres em toda a quadra; três áreas para o estacionamento de veículos; área de bosque (para reflorestamento); pista de cooper; quadra esportiva; passeio para a circulação interna; guarita; bicicletário. Entretanto, tirando bolsões de estacionamento, cercamento e pavimentação das vias adjacentes, todos os demais equipamentos estão por executar. Ea população mais reclama da não implantação da proposta do parque urbano, a ser integrado com a lagoa.
- (D) Lagoa de Mirassol, bairro de Candelária, Zona Sul, às margens da BR 101. É um reservatório plenamente integrado ao meio urbano, compreendendo praça, paisagismo, parque infantil e árvore de natal. Nos períodos de estiagem, o reservatório funciona como arena de futebol, handebol de areia e vôlei de praia. Mas há degradação no local, no entorno.

Natal possui uma grande região interior sem drenagem natural, constituída de várias bacias de drenagem fechadas que convergem para depressões interiores, interdunas. Estas depressões se transformam em verdadeiras lagoas nos períodos de fortes precipitações - na verdade, são as lagoas originais “retomando” o seu lugar de antes, posto que imutável o relevo ondulado (dunar) da cidade.

Mas Natal tem uma característica única, que dificulta o escoamento para o mar: uma barreira natural formada pelo cordão de dunas que separa a cidade das praias urbanas. (A cidade é, praticamente, circundada por esse cordão, que se eleva a até 80m, formando uma imensa depressão interior).

Daí a insistência, nos últimos anos, com a construção de microssistemas de drenagem, isolados ou integrados a lagoas de acumulação e infiltração nos pontos mais baixos das bacias.

Em Natal, as principais causas dos alagamentos são as seguintes:

- ✧ Ocupação urbana desordenada, inclusive nas margens de rios e riachos e nos baixios das bacias fechadas, sem a necessária infraestrutura de drenagem, prejudicando especialmente a população mais carente;
- ✧ Relevo dunar, com formação de depressões sujeitas a inundações;
- ✧ Modificação do curso natural das águas pelo processo de urbanização;

- ✧ Obstrução das redes de drenagem por detritos, lixos e sedimentos;
- ✧ Manejo inadequado dos Resíduos de Demolição e Construção – RDC (podas, restos de madeira, mobiliário inservível, capina de jardim), que se convertem nos materiais que mais obstruem bocas de lobo e canalizações.

A CRÍTICA

Para dar conta de toda a vazão, amplia-se constantemente a capacidade de condutos em todas as áreas da cidade, a fim de levar água até um ponto onde não ameace a população – esse é o cerne do conceito já ultrapassado.

Portanto, nas últimas gestões, Natal tem se dedicado a projetos de microdrenagem, ou à péssima manutenção dos mesmos – sendo esta a razão maior das inundações que rebaixam a atividade econômica da cidade.

A dominância da microdrenagem eleva os custos a níveis insustentáveis, comparados aos custos de achatar o pico dos hidrogramas (gráficos que mostram a vazão da água em função do tempo) com a diminuição da vazão a jusante através de projetos de retenção da água, para infiltração controlada no solo (os reservatórios artificiais).

Com essa irracionalidade, se perde duas vezes: (1) no aumento dos custos de manutenção; (2) no aumento dos prejuízos (econômicos e ambientais) para todos – governo municipal, cidadãos, empresas.

Vimos que a Prefeitura ancora a política de drenagem àquela reserva de 20% do lete para permeabilidade do solo, mas essa “política”, quando muito, ameniza a sobrecarga das precipitações pluviiais nos equipamentos de drenagem, e está longe de resolver. (Claro que não se pode considerar isso uma política pública. Até porque o próprio Município não monitora devidamente o respeito a essa reserva legal, e a população acaba aproveitando seus lotes como bem entende).

A responsabilidade pela implantação, operação e manutenção do sistema de drenagem em Natal está dividida em vários órgãos:

- ✧ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA – estudos e execução de obras, de construção ou reforma; operacionalização do sistema;
- ✧ SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – licenciamento e fiscalização de projetos e obras;
- ✧ DEFESA CIVIL – coordenação e execução de ações de prevenção e socorro às vítimas de inundações e alagamentos;
- ✧ COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL (URBANA) – desobstrução e limpeza (manual ou mecanizada) de bocas de lobo, manilhas, poços de visita, sarjetas, calhas, canais, valas e lagoas de captação.

Embora experiente na prática, a equipe de manutenção das galerias atua sem formação técnica adequada, e sem contar sequer com um programa de capacitação.

Falhas de construção nas galerias, dada a constante presença de água nas canalizações, mesmo em estiagens, e de sedimentações no seu interior.

Presença generalizada de esgotos sanitários e águas servidas nas tubulações, com consequências deletérios, muito além da contaminação das águas de reabastecimento do lençol freático: formação de gás sulfídrico (H_2S), que combinado com o oxigênio forma o ácido sulfúrico (H_2SO_4), que desgasta as tubulações.

Incipiente e irrisória mecanização da limpeza de galerias – com o predomínio do serviço manual, executado por uma equipe muita pequena e de baixa capacitação, o equipamento mecânico fica longos períodos ocioso.

Algumas lagoas, já urbanizadas, não possibilitam acesso de equipamentos mecânicos (trator de esteira, enchedeira, caminhão basculante) para a remoção de material sedimentado e a raspagem de fundo. (Exemplo crítico dessa situação é a lagoa da Petrobrás, com entrada pela Avenida Jaguarari).

Inexistência de sistemas de: (1) monitoramento e manutenção dos equipamentos de microdrenagem; (2) gerenciamento de dados do sistema de drenagem.

PROPOSTAS

Para garantir a permeabilidade do solo, pelo menos nas Zona de Proteção Ambiental, restringir a ocupação do solo, mas garantindo o usufruto do direito de propriedade do lote – para tanto, exercendo o Direito de Preempção sobre lotes delicados e, acima de tudo, incentivando o recurso à Transferência do Potencial Construtivo para outras áreas, na forma do Plano Diretor da cidade.

Controlar a vegetação e todo o entorno das lagoas de captação, naturais ou artificiais – com óbvia ênfase nas naturais, posto que ambientalmente mais frágeis.

Conter a proliferação de animais no entorno das lagoas.

Instituir programa de coleta sistemática de resíduos de construção, com participação da sociedade e imputação de responsabilidades, mas com criação de áreas e mecanismos de descarte desses resíduos.

Mapear as milhares de ligações clandestinas de esgoto, com auxílio de tecnologias avançadas, para pactuar com empresas, entidades de financiamento, órgãos de justiça, outras esferas da administração pública e a própria coletividade as formas de regularização do esgoto e as fontes de seu financiamento.

Implantar sistemas de: (1) monitoramento e manutenção dos equipamentos de microdrenagem; (2) gerenciamento de dados do sistema de drenagem.

Criar programa específico de monitoramento permanente de ligações clandestinas de esgotos e de construções irregulares, a fim de superá-las no tempo, com participação e apoio da coletividade.

Instituir grupo técnico-temático para estudo e proposição permanentes (com apoio de entidades privadas) de projetos e obras de macrodrenagem (hoje raras e escassas na cidade) que dêem conta do sistema de drenagem como um todo.

Privilegiar as medidas estruturantes, como os reservatórios de retenção e detenção artificiais, face à degradação do patrimônio natural da cidade.

Atualizar e compatibilizar o Plano Diretor de Drenagem (2011) com o Plano Diretor Urbanístico-Ambiental e com o Plano de Saneamento Básico, contemplando a concepção de planos locais ou setoriais de drenagem, que permitam a intensa participação social na construção de soluções integradas de manutenção do sistema de drenagem.

**Essa engenharia de planejamento induzirá à adoção de: (1) estratégias de controle imediato de impactos nas bacias da cidade; (2) solução para as bacias consideradas sempre em seu conjunto.*

Modernizar a legislação e a gestão do sistema, para que sejam efetivos e eficazes em pervenir a transferência de vazões privadas para a rede pública sem os prévios conhecimento e consentimento do Poder Público.

Instituir Comitê Gestor do Sistema Municipal de Drenagem Urbana, com participação da sociedade e dos órgãos municipais afins, de forma a suprimir a atual superposição de funções entre os órgãos municipais. E ainda para integrar as ações municipais com as estaduais e com os sistemas de grandes condomínios e empresas privadas.

Instituir programa, permanente e sistemático, de educação da população na lida com os distintos sistemas de drenagem e esgotamento.

LIMPEZA URBANA

Situação

O órgão que cuida da limpeza urbana é a URBANA - Companhia de Serviços Urbanos de Natal, criada pela lei municipal 2.659, de 1979, com as seguintes atribuições: coleta de resíduos sólidos domiciliares e hospitalares; varrição de logradouros; capinação de espaços públicos; remoções especiais; limpeza das praias; limpeza de canteiros; pintura de meio-fios; limpeza do sistema de drenagem urbana; e destino final dos resíduos sólidos (lixo urbano).

A URBANA dispõe de pouco mais de 1200 servidores públicos, o equivalente a 5% da força de trabalho da Prefeitura do Natal.

O atendimento na coleta de lixo domiciliar, segundo o site da companhia, atinge 98,9% da população.

A quantidade de resíduos sólidos recebida na unidade de processamento – Aterro Sanitário de Ceará Mirim, em toneladas/ano, gira em torno de 250 mil toneladas.

Os serviços de limpeza urbana são efetuados através de empresas terceirizadas, conforme os seguintes lotes de serviços:

- ⇒ Lotes 01 e 03 – contempla os serviços nas Zonas Norte e Oeste e gerenciamento da estação de transbordo.
- ⇒ Lote 02 – contempla os serviços nas Zonas Sul e Leste. Contrato tem o valor total global de R\$ 165.886.215,00 e vigência de 60 meses. O valor mensal estimado é R\$ 2.764.770,25, composto por 44,22% de mão de obra e 55,780% de equipamentos.

Os contratos possuem Garantias de Execução, correspondente a 5% do seu valor total, e Trabalhista, de aproximadamente 4%.

A coleta seletiva é efetuada através de Pontos de Entrega Voluntária – PEV. Duas cooperativas populares, COOCAMAR e COOPCICLA, tratam esses resíduos.

A COOPCICLA – surgiu a partir da união entre duas associações (Astra e a Cern) que já atuavam no lixão de Cidade Nova. A cooperativa conta hoje com aproximadamente 50 cooperados, que trabalham de forma independente e que têm como renda apenas o que conseguem arrecadar com a venda dos materiais coletados (muitas vezes, menos de R\$ 200,00). Por não possuírem caminhões próprios, dependem de caminhões cedidos pela Prefeitura para realizarem seu trabalho. A cooperativa é dividida em setores, cada um com uma finalidade de separação: pneus (700 a 1.000 unidades por dia), vidro, plástico, papel (branco e colorido) e papelão. Através de algumas análises, ficou constatado que, entre segunda, terça e quarta feira, chegam cerca de 800 toneladas de lixo para separação.

A COOCAMAR – surgiu a partir da divisão de 2 associações que atuavam a coleta de materiais recicláveis. Lei municipal obrigou as associações se tornarem cooperativas. Hoje ainda existe uma associação, a ASCAMAR (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis), que trabalha juntamente com a COOCAMAR. Possui cerca de 58 cooperados, que atuam na grande Natal.

A quantidade de resíduos recebida na unidade de processamento da seleção, das Cooperativas, gira em torno de 4 mil tonelada/ano.

Adicionalmente, verifica-se uma iniciativa denominada Projeto Destino Final. Decorrente do funcionamento do aterro sanitário de Ceará Mirim, no lugar da área de descarga (Cidade Nova) prevê-se a implantação de estruturas de trabalho e lazer para os catadores locais, aproveitando a mão de obra de parte dos catadores em atividades que concentradas na área: usina de triagem e de compostagem da matéria orgânica, no horto e na horta, no galpão de recuperação de móveis e nas instalações para a reciclagem de entulhos e aproveitamento de podas. Os demais trabalhadores seriam direcionados à ampliação da coleta seletiva nas ruas, que, no momento, funciona com os PEVs, mas passará a ser porta-a-porta em alguns bairros da capital. Os agentes ambientais que participarão da coleta porta-a-porta serão treinados para se

integrarem à comunidade, buscando a confiança e a mobilização da população, de maneira a trazê-la a participar mais ativamente deste processo.

Já a coleta de lixo hospitalar é de responsabilidade do gerador (inclui hospitais, clínicas médicas e odontológicas, funerárias e demais empresas cujos resíduos apresentam risco de contaminação biológica).

Entre os cerca de 1200 geradores de lixo hospitalar, estão todos os hospitais, públicos e particulares.

O lixo eletrônico é coletado em campanhas, desenvolvidas por várias entidades parceiras (OAB-RN, SEMURB, ARSBAN) e empresas privadas.

Existe um serviço oneroso de coleta de podas e entulhos, prestado pela Urbana, mediante pagamento de um valor médio de R\$ 100,00 por carrada, solicitado através do Alô Limpeza (3232-9999).

A Crítica

Desde 2016, o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) é o mais completo medidor do desempenho dos municípios nessa área. É calculado por uma empresa internacional de auditoria, a PwC. No Brasil, em parceria com a entidade que representa as empresas de coleta e tratamento final do lixo.

Ele usa os dados dos próprios municípios no sistema do governo nacional de informações do Saneamento (o SNIS); e respeita os critérios legais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lixo).

Tudo isso para demonstrar o desleixo da Prefeitura de Natal para com o lixo, a população, o meio ambiente.

Considerando só municípios com mais de 250 mil habitantes, no ranking de 2019 Natal “garantiu” um vergonhoso lugar: 78°. Só no Nordeste, Natal fica abaixo de Mossoró (15° lugar); Recife (19°); Parnamirim (25°); Campina Grande (44°); Salvador (55°); Fortaleza (64°); João Pessoa (70°) – e sem citar outras. Agora, só para o RN, Natal fica atrás de Mossoró, Parnamirim, Caicó, Cruzeta e Upanema. Mas o que é que puxa a nota de Natal para baixo? – Bem, o Índice é composto de quatro Dimensões, mas é a Dimensão “S”, que compara sustentabilidade financeira com sustentabilidade ambiental, que faz de Natal uma senhora sem capacidade de arcar com o fardo do lixo, ano após ano.

A URBANA é responsável pela limpeza da rede pluvial do município. Mas diversas instalações pluviais estão com sua integridade e limpeza comprometida, face os diversos e habituais pontos de alagamento, denotando que a atividade carece de continuidade e planejamento.

A Coleta Seletiva é limitada a PEVs, ao passo que deveria ser efetuada porta a porta. Diversos condomínios já possuem estruturas próprias para a seleção. No

entanto, os resíduos são novamente misturados na coleta, ensejando risco ambiental.

O Sistema de Feed-Back é uma linha telefônica (Alô Limpeza), e não existem dados que reflitam os resultados das reclamações.

A URBANA possui 26 cargos de nível funcional, estratificados em 4 níveis para administrar dois contratos no valor total de R\$ 70,3 milhões por ano.

Não existe estrutura de Governança e Conformidade Legal na estrutura da URBANA, colocando em risco a obtenção de recursos externos para programas de desenvolvimento, que devem obedecer às recomendações da OCDE.

Proposição

- 1) Integrar a desmobilização da estação de transbordo de Cidade Nova com um centro de coleta seletiva porta a porta, por cooperativas, no modelo utilizado por São Paulo.
- 2) Implantar sistema de feed-back efetivo, com divulgação de resultados, de forma que o contribuinte da TLP (Taxa de Limpeza Pública) possa opinar sobre o serviço prestado. O sistema deve ser informatizado e, se possível, portátil em celulares.
- 3) Implantar sistema de governança e conformidade legal na estrutura da URBANA, sociedade de economia mista, conforme as diretrizes da OCDE sobre governança corporativa para empresas de controle estatal. Isso habilitará a empresa a obter recursos externos de entidades que exigem transparência e conformidade legal formalmente estruturadas e permitir identificação de desvios de conduta de seus empregados e fornecedores.
- 4) Trabalhar intensamente na melhoria do Indicador de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU), para tirar Natal do 78º lugar entre as cidades com mais de 250 mil habitantes, e transformá-la numa cidade verdadeiramente sustentável, compatível com a vocação turística e com o projeto global de desenvolvimento econômico e social.
- 5) Realizar estudos para compatibilizar devidamente a política municipal com a nacional (de Resíduos Sólidos). Isso se faz necessário, para candidatar Natal a todos os selos e concursos de sustentabilidade nos quais ela se encaixe. Para contribuir com o turismo e o desenvolvimento econômico que o mesmo deve impulsionar.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARA AS MULHERES (PMPM)

DIAGNÓSTICO E CRÍTICA DA SITUAÇÃO ATUAL

As políticas públicas sobre mulheres devem ser executadas conforme o sistema nacional de normas e princípios legais, especialmente o da transversalidade (políticas executadas, no que lhe cabem, por todos os órgãos da administração), mas pululam em Natal os relatos sobre agentes municipais que, não devidamente qualificados para isso, acabam por discriminar mulheres negras, lésbicas ou de religiões de matriz africana.

Isso gera enormes prejuízos a outros princípios, como laicidade, equidade, universalidade e, sobretudo, diversidade (inclusa a de gênero) – como não são levados a sério, os demais órgãos municipais não atuam interligados aos de direitos da mulher. Porque não basta existir uma rede de órgãos voltados para as mulheres, se as políticas para elas, em Natal, ficam restritas a essa rede.

A autonomia dos organismos das mulheres também é sacrificada, face a vícios administrativos arraigados e típicos de uma política municipal coronelística: primeiro – a vinculação, explícita ou camuflada, dos órgãos de assistência social (que administram muitas políticas atinentes às mulheres) à família do governante; segundo – a subordinação dos órgãos de defesa das mulheres aos objetivos políticos e eleitorais do governante; e terceiro – o sufocamento financeiro dos órgãos públicos para as mulheres, aos quais são destinadas migalhas do orçamento público, e sem a necessária autonomia para as executar conforme as prioridades das mulheres.

O comprometimento da autonomia também se verifica na fragilidade do controle social, sendo severas as críticas ao péssimo funcionamento dos órgãos colegiados, seja porque suas representações não mais dão conta da complexidade do universo da mulher, ou porque, limitados na ação e na autonomia, acabam dominados pelos ditames políticos (e eleitorais!) do governante.

É triste saber que grupos de mulheres perdem acento nesses colegiados para dar lugar a grupos alinhados ao governante, atestando o despreparo da gestão municipal para garantir e conviver com a independência das mulheres no controle de suas políticas.

Essa falha no controle social facilita aquela outra, mais grave: as políticas para as mulheres ficam ilhadas no território delas, sem diálogo com os demais órgãos municipais.

Tais debilidades são deletérias, quando se vê que o combate às violências doméstica, de gênero e de raça e etnia é prejudicada por duas omissões imperdoáveis: a não implementação da patrulha Maria da Penha, que já deveria ser executada pela Guarda Municipal, e as subnotificações dessas violências.

Não há como falar em libertação da mulher sem que seja consagrado o seu valor, mas Natal peca pela ausência de programas massivos para a difusão da importância da mulher na história, na cultura e nas artes do Município.

Desse déficit valorativo decorre a baixa participação de mulheres em cargos estratégicos, embora abundem provas da qualificação delas para quaisquer áreas administrativas.

A universalização de todos os serviços do Município, para todas as mulheres, deixa a desejar. Várias comunidades reclamam, por exemplo, de ações esportivas que não só privilegiam grupos masculinos, como excluem femininos – sendo lastimável o caso de um time feminino de futsal da Redinha que, em 2018, teve que buscar na Justiça o direito de usar a quadra de esportes “da comunidade”.

Natal também padece da falta de uma política agressiva e sistemática de combate aos crimes de ódio contra mulheres. Quando muito, faz esporádicas campanhas educativas que deveriam ser permanentes. E embora disponha, na Secretaria de Trabalho e Assistência Social, de programas de qualificação profissional, raramente os foca nas mulheres – menos ainda nas em situação de violência ou de rua.

Na Saúde, ainda que implemente a PNAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher), o Município não o faz com a agilidade devida nos exames solicitados, os quais demoram até dois anos para serem atendidos.

Mulheres jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, ou de rua, queixam-se de preconceitos, dificuldades ou peregrinações a que são submetidas para acessar serviços de redução de danos, notadamente na saúde, na segurança e na qualificação para o trabalho.

Na gestão de métodos contraceptivos, a rede pública municipal se limita a disponibilizar pílulas e preservativos, e relaxa no efetivo planejamento familiar e na capacitação dos agentes de saúde para o tratamento adequado dessa temática.

O programa da saúde da família foi um ganho para a população, mas, ao implementá-lo, o Município praticamente aboliu os especialistas em ginecologia e obstetrícia nas unidades de saúde, agravando as lacunas no planejamento familiar e na redução de riscos nas gravidezes da adolescência.

Mas não são só as adolescentes que peregrinam em busca de vagas para trabalhos de parto. Na teoria, Natal implementou o sistema de monitoramento de vagas da Rede Cegonha; na prática, não. Porque as mulheres ainda carregam o ônus de achar vaga.

Os entes públicos têm o dever de custodiar qualquer material biológico que sirva de prova da violência sexual, mas essa custódia inexistente na rede municipal de saúde.

Rede de saúde que também demora até dois anos para prover exames de mamografia a mulheres na faixa etária dos 50 aos 69 anos.

No quesito creches, há uma grande deficiência de vagas nos CMEI, chegando a ser humilhante um sistema de “cadastro de reserva”, que a população sabiamente chama de “sorteio de vagas”. Além de queda, coice: a deficiência de vagas foi agravada pela extinção das creches de tempo integral, porque a Prefeitura as preferiu em dois turnos, para assim burlar a lei e “aumentar” o número de vagas.

Embora a população da Zona Norte se aproxima da metade da de Natal, e nela seja acentuada a vulnerabilidade social, não dispõe de um centro especializado da mulher em situação de violência, e a rigor a cidade só dispõe de uma unidade do gênero.

Mas, em matéria de segurança da mulher, a Prefeitura também peca em providências simples, como ainda não adotar sistema próprio de dados sobre violência contra a mulher, nem desenvolver campanhas permanentes para desconstruir estereótipos.

Disso resulta a discriminação negativa nos serviços públicos municipais, quando já devia estar em operação a discriminação positiva – a que privilegia a mulher, e respeita a sua diversidade, como forma de sepultar preconceitos.

Felizmente, há muitos grupos de mulheres produzindo cultura em Natal, mas não programas de divulgação intensiva de seus trabalhos, o que também dificulta o desmonte dos estereótipos e dos gestos de violência contra as mulheres.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Toda e qualquer política pública revertida em benefício da mulher será calcada no Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – PMPM, que será o principal instrumento de planejamento da gestão municipal nessa área.

Por isso, pactuam-se, desde logo, os PRINCÍPIOS e DIRETRIZES do PMPM, que estarão presentes em todas as ações e políticas públicas a serem implementadas.

PRINCÍPIOS

INTEGRALIDADE – As políticas públicas para as mulheres concebidas e executadas em sua integralidade, paralelamente e como políticas de governo e de Estado, com permanência ao longo do tempo.

UNIVERSALIDADE – execução concomitante, por todos os órgãos da administração pública municipal, direta e indireta, e sob a coordenação do órgão gestor/executor das políticas para as mulheres, das políticas públicas para as mulheres.

IGUALDADE/EQUIDADE – tratamento igual a todas as mulheres na execução das políticas públicas a elas designadas, e acesso por igual a todos os direitos, bens e serviços municipais, respeitadas as especificidades de cada grupo de mulher, e garantido o justo tratamento desigual para as desiguais (a equidade), através de ações afirmativas para grupos de mulheres historicamente discriminados.

DIVERSIDADE – a administração e distribuição de todos os bens, serviços, direitos e garantias para todas as mulheres, as considerará (sempre) na sua diversidade, seja ela social, sexual, religiosa, de gênero, econômica, étnica, geracional e de localização.

AUTONOMIA – dada a premissa da liberdade da mulher para decidir sobre sua vida e seu corpo, será garantido o tratamento autônomo a cada uma. Da mesma forma, a todos os órgãos dedicados às políticas públicas das mulheres será dada plena autonomia administrativa e funcional, para que trabalhem e produzam independente de conjunções eventuais da gestão municipal.

LAICIDADE – dada a premissa constitucional de que o Estado é laico, nenhuma mulher, face a qualquer órgão, política ou ação municipal, será discriminada em função de qualquer crença ou religião.

TRANSPARÊNCIA – todos os atos de todos os órgãos vinculados às políticas públicas das mulheres, serão adotados em obediência aos princípios da totalidade da administração municipal (legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência), com especial atenção à publicidade – ampla divulgação de todos os atos.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL – todos os atos, de todos os órgãos vinculados às políticas públicas para as mulheres, serão objeto das mais amplas discussão e participação organizada, e escrutinados pelas autônomas ações de controle (interno, social e externo).

DIRETRIZES

Consideração de todos os tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres.

Articulação de todas as políticas públicas para as mulheres, para distinguir gênero, raça e etnia apenas afirmativamente, quando se fizer necessário para garantir direitos às mulheres vítimas de preconceitos.

Equilíbrio de poder entre mulheres e homens, na fruição de bens e direitos ofertados pelo Poder Público Municipal, bem como da participação política.

Reconhecimento, para o devido combate: da violência doméstica, de gênero, raça e etnia, com tolerância zero a qualquer de discriminação ou opressão à condição de mulher; e da necessidade de políticas públicas para mulheres em função da igualdade plena entre elas, independente da diversidade explicitada na seção dos princípios.

Difusão, através dos sistemas públicos de educação e cultura, de ações valorativas da importância histórica do múltiplo trabalho da mulher e da necessidade de novas formas de trabalho, distinguindo positivamente as mulheres em função de gênero, raça e etnia.

Formação e capacitação de servidores com vistas a garantir a execução das políticas públicas com respeito à diversidade explicitada na seção de princípios.

Presença dos organismos de defesa de direitos, e de gestão das políticas para as mulheres, no primeiro escalão da administração municipal.

Universalização dos serviços de saúde, educação, cultura, esporte e assistência social com qualidade, urbanidade e humanismo para todas as mulheres, assim consideradas na sua diversidade (ver princípios).

Enfrentamento permanente e sistemático a crimes de ódio contra a mulher (racismo, sexismo e lesbofobia e demais preconceitos por condição física, econômica ou social).

Fomentar a diversidade feminina na produção de arte, história, cultura, esporte e lazer financiado com o concurso de recursos municipais.

Fomentar a qualificação profissional das mulheres trabalhadoras e sua devida inserção no mercado de trabalho.

A MULHER E A SAÚDE

SAÚDE EM GERAL

PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Fortalecer e *implementar* a PNAISM em sua plenitude, considerando as mulheres em sua diversidade (ver princípios), e realizando:

- A. *seminários anuais* em torno da PNAISM;
- B. pesquisas para monitoramento da implementação das ações da PNAISM;
- C. *fomento a* estratégias de educação permanente dos profissionais de saúde na PNAISM, em especial os da Família e da Atenção Básica;
- D. *incorporação* dos princípios da PNAISM nas diferentes políticas e ações de saúde das mulheres, em toda a sua diversidade e especificidades (negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, em situação de prisão, com deficiência, em situação de rua, com sofrimento psíquico);
- E. *fortalecimento* da participação e do controle social na implementação e monitoramento da PNAISM.

Saúde em grupos específicos de mulheres

Qualificação sistemática dos profissionais da Saúde Municipal quanto à compreensão da mulher nos contextos da divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com filhos, parentes e idosos adoecidos.

Atenção específica à saúde integral das mulheres TRABALHADORAS, NEGRAS, EM SITUAÇÃO DE PRISÃO, COM DEFICIÊNCIA e IDOSAS, implementando as Políticas Nacionais de Segurança e/ou Saúde Integral atinentes a esses grupos, respeitando as normas específicas delas e provendo acesso à Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência.

Promoção e ampliação da atenção às mulheres adultas, jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.

Direitos sexuais e reprodutivos

Ampliação e qualificação da atenção clínico-ginecológica, com estudos e pesquisas sobre medicamentos, práticas integrativas e complementares e equipamentos que melhorem a qualidade de vida das mulheres, incluindo métodos contraceptivos, mamógrafos, mesas ginecológicas e outros recursos.

Atendimento ginecológico de qualidade para todas as mulheres, envolvendo:

- A. diferenciação das mulheres em função de toda a sua diversidade (ver princípios), mais ainda as mulheres em situação de rua, com debilidades físicas ou mentais e doenças causadoras de estigmas, como as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e as hepatites virais, capacitando os profissionais de saúde para atenderem conforme especificidades populacionais;
- B. implantação do Plano de Atenção às DST e Hepatites Virais, incrementando-o com amplo acesso a informações sobre prevenção, tratamento e controle dessas doenças; oferta de preservativo feminino (para grupos de maior vulnerabilidade); campanhas educativas de prevenção a essas doenças; e estratégias de educação para prevenção e combate a essas doenças, particularmente para mulheres jovens, negras e idosas;
- C. educação permanente dos profissionais de saúde, para oferta de planejamento reprodutivo com respeito à autonomia e à pluralidade das mulheres e redução das iniquidades; e para prevenção e tratamento das síndromes hipertensivas, hemorrágicas, infecciosas e outras intercorrências obstétricas que mais atingem gestantes, parturientes e puérperas;
- D. implantação da linha de cuidado integral à Reprodução Humana Assistida (RHA), conforme normas do SUS;
- E. promoção de estudos sobre riscos da gravidez na adolescência, e de programas capazes de preveni-la;
- F. combate à morbimortalidade materna, com implementação de uma atenção obstétrica e neonatal qualificada, humanizada e baseada em evidências em saúde; e oportunidade de um pré-natal de qualidade;
- G. implemento de instâncias e sistemas de monitoramento e avaliação da Rede Cegonha e da qualidade da atenção à saúde das mulheres no período gravídico puerperal;
- H. estudos de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil no município, em função de causas presumíveis da morte materna;
- I. realização, em todas as gestantes usuárias do SUS, do teste de eletroforese e do teste rápido de HIV e sífilis, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha;
- J. instituição/fortalecimento/ampliação dos Comitês Municipais de Morte Materna, e garantia do recorte de raça/cor na investigação de óbitos infantis, fetais, maternos e de mulheres em idade fértil.

Atenção especial às mulheres adultas, jovens e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, com cadastramento e qualificação da rede de atenção a elas, especialmente na hipótese da interrupção legal da gravidez.

Saúde da mulher em situação de violência

Implementação de estratégias para regulamentar a custódia de material biológico de garantia à materialidade das provas em casos de violência sexual.

Otimização da notificação e investigação dos óbitos por homicídio no âmbito do SUS.

Implantação de sistema de notificação compulsória de quaisquer atos de violência contra a mulher, em articulação com os Núcleos de Prevenção de Violências.

Ampliar e qualificar a rede de atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.

Mulheres em situação de CÂNCER

- A. implantação de novas ações de diagnóstico e tratamento das patologias mais prevalentes;
- B. ampliação do acesso à mamografia, sobretudo na faixa etária recomendada (50 a 69anos), com a devida qualificação dos agentes de saúde nesse serviço;
- C. prover a detecção e o tratamento em tempo adequado;
- D. formalizar parcerias com outras esferas do Poder Público, para dar celeridade e qualidade:
 - ao diagnóstico e tratamento (inclusive psicossocial) do câncer de mama e das lesões precursoras do câncer de colo do útero;
 - ao exame citopatológico do colo do útero (Papanicolau).

Para as mulheres em situação de rua

- A. Oferta suficiente do “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua”, e melhor instrumentação dos profissionais de saúde da Atenção Básica no cuidado da população em situação de rua.
- B. Ampliação do acesso à Atenção Básica para esse público, via implantação de equipes de Consultórios de Rua.

SAÚDE MENTAL

Ampliação dos serviços de atenção à saúde mental da mulher, sobretudo no amparo ao sofrimento decorrente do uso de substâncias psicoativas e das violências doméstica e de gênero.

Consideração, na promoção da atenção à saúde mental da mulher, de especificidades físicas, econômicas, sociais, étnicas, geográficas e etárias, e de particularidades como orientação sexual, identidade de gênero, dificuldade de mobilidade, situação de prisão ou de violência e situação de rua.

Fomento a estudos e pesquisas, respeitando a diversidade da mulher (ver princípios), com a finalidade de:

1. Avaliar o peso dessas especificidades nos transtornos mentais.
2. Subsidiar a elaboração de estratégias de educação permanente dos profissionais da rede de saúde mental, dos matriciadores e dos profissionais dos NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família), com vistas à adequada abordagem de toda essa diversidade situacional da mulher em transtorno mental, inclusive no

- caso de usuárias de substâncias psicoativas e para o atendimento continuado delas na rede da Atenção Básica.
3. Qualificar a adoção de ações específicas, nos serviços de saúde mental, em atenção às mulheres em situação de violência ou de uso de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas).
 4. Implantação, na rede de atenção psicossocial, de unidades de acolhimento capazes de considerar a determinação de gênero no sofrimento mental pelo uso de substâncias psicoativas.

A MULHER E A EDUCAÇÃO

- Consolidar, na política educacional, toda a diversidade da mulher (ver princípios), inclusa a de gênero, etnia, sexual, cultural e geracional, de modo a garantir uma educação igualitária e promover a discriminação positiva.
- Compatibilizar os objetivos dos padrões curriculares com os objetivos específicos de afirmação feminina, valorizando toda a diversidade da mulher (ver princípios), o senso crítico, a vida saudável, o exercício de direitos, a conquista da independência e a preparação para o mercado de trabalho.
- Ampliar o número de vagas nos Centro de Educação Infantil – CMEI, em benefício das mães que trabalham/estudam.
- Criar CMEIs de tempo integral – se possível, usando estruturas existentes.
- Garantir creche a crianças cujas mães cursam o EJA noturno e erradicar o analfabetismo feminino no município.
- Tornar as escolas espaços da cultura da paz e do amor ao próximo, e valorizar a cultura negra e o combate à homofobia – no ambiente educacional de toda a cidade.
- Capacitar escolas e educadores para a educação inclusiva das pessoas com deficiência.
- Ampliar equipamentos públicos de esporte e lazer para as mulheres e suas famílias, capacitar o espaço escolar para o mesmo fim e desenvolver projeto de orientação para a educação familiar.
- Compatibilizar os padrões curriculares legais com os nossos objetivos educacionais de valorização do papel histórico da mulher no mundo do trabalho, da economia e da educação de gerações.

A MULHER E A SEGURANÇA PÚBLICA

- Criar, no âmbito da Secretaria Municipal da Mulher, o Observatório dos Casos Sujeitos à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), com espaço para escuta e atendimento e orientação psicossocial e jurídica da mulher em situação de violência.
- Disseminar a aplicação da Lei Maria da Penha, divulgando-a junto à sociedade (e às servidoras municipais), viabilizando parcerias com outros entes da Federação para fins de campanhas, mobilizações e ações educativas sobre a Lei.

Ampliar, fortalecer e aparelhar a Patrulha Maria da Penha, assim como a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Incorporar a temática da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha nos conteúdos programáticos de cursos avulsos oferecidos pelo Município e de concursos públicos – principalmente nos de formação dos operadores de segurança pública (Guarda Municipal).

Desenvolver um modelo de intervenção referencial – Laboratório de Tecnologia Social – para atender mulheres em situações de vulnerabilidade e risco, de forma integralizada e com metodologia que envolva: Acolher, Formar, Incluir e Advogar.

Disponibilizar ferramentas para monitorar os atendimentos e impedir a revitimização das mulheres atendidas.

Promover encontros com gestores municipais, agentes protetivos de direitos e sociedade civil para o melhor enfrentamento à violência contra a mulher.

Estimular a criação de organismos de políticas para as mulheres e de defesa dos seus direitos em todo o Município.

Implantar o Sistema Municipal de Políticas para as Mulheres e viabilizar o (re)aparelhamento de organismos municipais junto à rede de atendimento à mulher vítima de violência.

Apoiar e fomentar a formalização de grupos de mulheres, orientando-os quanto à captação de recursos para viabilização dos seus projetos de enfrentamento à violência contra a mulher.

Capacitar agentes da rede de atenção à mulher, e parceiros, para prevenir e combater a violência contra a mulher.

Elaborar a correspondente municipal à Política Nacional de Abrigamento, estimulando mecanismos de monitoramento da rede de atenção à mulher vítima de violência.

Orientar e encaminhar devidamente as mulheres em situação de violência, para lhes evitar novos atos violentos dos seus agressores, complementando com ações de reeducação e responsabilização dos agressores.

Contribuir na desconstrução de mitos e preconceitos em relação à violência contra as mulheres, incentivando mudança cultural e valores e atitudes éticas igualitárias e de valorização da paz.

Prover e fortalecer Centros Especializados da Mulher em Situação de Violência. Igualmente para Serviços de Abrigamento e Unidades Móveis de atendimento a mulheres em situação de violência.

Articular atores Estaduais e Municipais para garantir a integração dos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres.

Promover a formação continuada dos profissionais da Rede Especializada de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, com uma matriz pedagógica unificada e um sistema informatizado específico.

Criar sistema municipal de dados sobre violência contra a mulher, e promover o atendimento qualificado às mulheres em situação de violência no Sistema Único da Assistência Social.

- Garantir o recorte de gênero, raça e etnia em todos os registros administrativos municipais de Segurança Pública.
- Capacitação permanente dos operadores municipais de Segurança Pública (Guarda Municipal) nas temáticas de gênero, violência contra mulheres e enfrentamento ao racismo institucional.
- Incentivar o aumento da participação de mulheres nos organismos municipais de controle social em Segurança Pública.
- Buscar e promover a investigação das omissões institucionais nos casos de violência contra as mulheres.
- Identificar os benefícios previdenciários e assistenciais decorrentes da violência doméstica e familiar.
- Ampliar os instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Perfis Genético.
- Priorizar mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional, na concessão de unidades habitacionais no município, na inserção no mundo do trabalho, no acesso a equipamentos sociais municipais e nas políticas de enfrentamento à pobreza e à miséria.

A MULHER, A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO

- Promover acesso pleno e desembaraçado a todas as ações e serviços de assistência social destinados às mulheres, consideradas em sua diversidade (ver princípios).
- Estruturar e mobilizar a Procuradoria e a Defensoria do Município para atuarem na defesa e proteção dos direitos da mulher, consideradas em sua diversidade (ver princípios).
- desenvolver programas de qualificação profissional de mulheres trabalhadoras e de inserção delas no mercado de trabalho.
- Fomentar diversas formas de associativismo produtivo entre elas, provendo condições de competição no mercado.
- Intermediar a inclusão de mulheres nos novos empreendimentos que se instalem no município, priorizando as vítimas de violência doméstica e mulheres chefes de família.
- Capacitar grupos produtivos de mulheres, visando a sustentabilidade dos seus projetos de renda, proporcionando divulgação de produtos ou serviços desenvolvidos em grupos, formalizados ou não.

A EXPLORAÇÃO SEXUAL E O TRÁFICO DE MULHERES

- Implementar as diretrizes, normas técnicas e protocolos de atendimento às mulheres em situação de exploração sexual e/ou tráfico de pessoas, junto com ações de proteção e segurança dessas mulheres e capacitação da rede de atendimento a elas.

Integrar o Fórum Comunitário dos Movimentos de Mulheres, de forma a prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual e o tráfico de mulheres, adolescentes e jovens.

Realizar campanhas educativas para desconstruir estereótipos e prevenir práticas de exploração sexual e tráfico de mulheres.

Criar programas para as jovens em situação de exploração sexual, com apoio psicológico, prevenção de DSTs e ações de capacitação profissional e geração de renda.

Promover o enfrentamento à violência contra as mulheres jovens e meninas vítimas do tráfico e em atividades de prostituição.

A MULHER E OS CONSELHOS DA CIDADE

1. Estímulo à ampla participação da mulher no controle social das políticas públicas municipais, particularmente das que lhe dizem respeito, com foco no fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que terá assegurado o funcionamento autônomo, sem cabrestos políticos e administrativos, e ainda criará câmara temáticas, capazes de se dedicar a assuntos específicos da mulher e de melhor monitorar as políticas públicas municipais.
2. E, para ser ampla, se completará com três outras iniciativas:
 - 2.1. o assento institucional da mulher nos Conselhos Municipais (e respectivos comitês internos) de Saúde, Educação e Assistência Social;
 - 2.2. o monitoramento de todas as ações dos Conselhos Tutelares que digam respeito ao universo infantil e juvenil feminino; e
 - 2.3. a participação direta nos protocolos de parceria e interação do Município com os órgãos de controle externo e social das ações municipais do SUS, da Saúde em geral, da Educação, da Assistência Social e da Cultura.
3. Instituição de programa de fomento à formação, capacitação e qualificação de lideranças femininas, não só em função da participação nas Conferência Municipais de Políticas para as Mulheres, as quais terão a regularidade garantida em lei; mas também em função da participação das mulheres na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais, as quais considerarão (sempre) a diversidade econômica, social, étnica, etária e de gênero delas, e implicação em ações afirmativas e de enfrentamento a crimes de ódio, como racismo, sexismo e lesbofobia.
4. Capacitação dos Conselhos Tutelares (e de direitos de cidadania em geral) para o adequado encaminhamento de situações de violência contra meninas, adolescentes e mulheres adultas.
5. Fomento à criação de redes e observatórios que auxiliem no combate à discriminação e à mercantilização da vida e do corpo da mulher, e promovam uma imagem dela segura e dona de seu destino.

O COMITÊ DO PLANO

OBJETIVO GERAL: articular, monitorar e avaliar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres-PMPM, com integração das ações e dos diferentes órgãos do governo municipal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: apoiar e monitorar a implementação do PMPM; disseminar conhecimento sobre a situação das mulheres e das políticas públicas desenhadas para elas; ampliar a participação da sociedade no controle da implementação do PMPM; propor e fortalecer ações de gênero para os órgãos municipais.

O Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Natal - PMPM, será monitorado pelos órgãos de controle (interno, social e externo), porque envolverá aplicação de recursos públicos, mas também porque dirá respeito à preservação da vida das pessoas.

Porém, para alargar a participação da população, será formado um Comitê Municipal de Articulação e Monitoramento do Plano, com ampla autonomia operacional e apoio pleno da Secretaria Municipal da Mulher para o seu funcionamento.

O Comitê do PMPM será formado por representantes da sociedade, mas também pelos órgãos municipais envolvidos na execução das ações do PMPM. Afinal, o PMPM será transversal – ações executadas por vários órgãos do Município.

Além disso, o Comitê é a solução adequada por ser de natureza ágil, funcionando em alta frequência para dar celeridade às ações.

METAS

- A. Fortalecer organismos de políticas para as mulheres.
- B. Incentivar a produção e a disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem sobre as mulheres, consideradas em toda a sua diversidade, inclusa a de gênero.
- C. Sensibilizar servidores públicos nas temáticas da mulher, de gênero e das desigualdades entre as mulheres.
- D. Dobrar o número de mecanismos de gênero nos órgãos municipais.

AÇÕES PRINCIPAIS DO COMITÊ

- Subsidiar tecnicamente a execução das ações do PMPM.
- Monitorar e avaliar constantemente todas as atividades do PMPM.
- Promover a difusão do PMPM, pelas formas e meios que achar eficazes.
- Decidir sobre ajustes em metas, prioridades e ações do PMPM, e sobre elaboração e resultados de planos estratégicos.
- Sistematizar procedimentos de execução das ações.
- Elaborar e aprovar relatórios sobre metas, ações e atividades do PMPM.
- Propor e decidir sobre formação e descontinuidade de grupos de trabalho específicos, e sobre funcionamento de sistemas cadastrais e de dados.

A MULHER E AS INSTÂNCIAS DE PODER E DECISÃO

**Compromissos políticos da gestão municipal para com as políticas públicas da mulher e de gênero*

- Aumentar a presença da mulher nos espaços deliberativos de controle social e gestão das políticas públicas de mulher e de gênero e nos espaços de decisão e poder dos cargos públicos.
- Incentivar a participação da mulher, na sua diversidade, nos programas sociais e/ou culturais do Município, mas também nos organismos políticos e processos eleitorais da sociedade.
- Fomentar a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres no município do Natal.
- Sensibilizar a sociedade, inclusive profissionais de comunicação, em estratégias de ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
- Desenvolver ações e campanhas de sensibilização visando ampliar a participação político-partidária e eleitoral das mulheres, criando mecanismos e estratégias específicas para essa finalidade.
- Promover programas e ações de capacitação para mulheres jovens e adultas, consideradas em suas diversidade e especificidades.
- Apoiar pesquisas sobre a presença das mulheres negras na gestão das políticas públicas e nos espaços de decisão.
- Apoiar iniciativas de lei visando a igualdade de oportunidade para mulheres.
- Instituir, para toda a Administração Pública municipal, ações afirmativas e de discriminação positiva das mulheres em sua diversidade, com metas percentuais de participação das mulheres em funções de direção superior e intermediária.
- Disseminar a implementação do Estatuto do Idoso, no que se refere às mulheres idosas, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, junto aos organismos de políticas públicas para as mulheres, incentivando-os à adoção de ações afirmativas de direitos para esses públicos e para as mulheres com deficiência.
- Incentivar as mulheres em cargos de gestão a adotarem medidas de inclusão de mulheres negras e homoafetivas nas ações e objetivos da Campanha Mais Mulheres no Poder.
- Estimular a criação de Comitês de Gênero nas Secretarias Municipais, incorporando as perspectivas étnica, racial e de orientação sexual.
- Apoiar a divulgação e a implementação do Estatuto da Igualdade Racial nos organismos de políticas para as mulheres.
- Incluir ações afirmativas da igualdade de gênero em todos os instrumentos de planejamento incumbidos ao Município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais), inclusive nas ações de afirmação de direitos da mulher, de modo que essas ações sejam inseridas nas políticas de Estado do Município, para além das de governo.

Mobilizar toda a Administração Pública Municipal para promover, no seu interior e nas suas relações com a sociedade, o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, no sentido cultural, econômico, legal e político.

Partindo da premissa de que atos de violência de gênero, raça e etnia são agressões à dignidade humana, implementar padrões (normativos, legais e administrativos) de “tolerância zero” a esses atos no Poder Público municipal, e abrir canais permanentes de diálogo sobre esses padrões com os diversos Poderes, órgãos públicos e entidades empresariais.

Compatibilizar os padrões curriculares legais com os nossos objetivos educacionais de valorização do papel histórico da mulher no mundo do trabalho, da economia e da educação de gerações.

Fortalecer os órgãos do município dedicados à defesa dos direitos da mulher, e dotar de real autonomia os de gestão e execução das políticas públicas para as mulheres. E também mapear e fomentar fóruns e organismos independentes.

INCLUSÃO DA MULHER IDOSA

A expectativa de vida da população do sexo feminino aumentou e deste modo, o envelhecimento da população é notório, sendo preciso um olhar específico e cuidadoso para essa parcela da população, para garantir o protagonismo de mulheres idosas no acesso aos serviços ofertados pelas políticas públicas.

AÇÕES

Promover acesso e ampliação das ações de saúde integral das mulheres idosas, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual e deficiência.

Instituir mecanismos de facilitação da inclusão das mulheres idosas no sistema previdenciário, e nas demais políticas públicas de promoção da autonomia econômica das mulheres.

Fomentar a implementação de ações de enfrentamento à discriminação contra as mulheres idosas.

Estimular os órgãos públicos municipais à elaboração de programas, projetos e ações em benefício das mulheres idosas.

Capacitar os agentes públicos municipais no enfrentamento a discriminações contra as mulheres idosas, inclusive no tocante às desigualdades geracionais e raciais.

Criar Grupo de Trabalho na Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para as Mulheres para elaboração de propostas de políticas de atendimento específico às mulheres idosas.

Implementar e disseminar a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (internalizada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009); e demais legislações pertinentes, garantindo a observância de toda a diversidade (ver princípios) e demais especificidades das mulheres idosas na participação e usufruto de programas e políticas municipais.

Estimular a implementação de grupos de trabalho, no âmbito do governo municipal, para articular, monitorar e avaliar ações para mulheres idosas.
Realizar ações de capacitação para mulheres idosas, tanto sobre seus direitos como para (re)inserção no mercado de trabalho.

A MULHER NOS ESPORTES, NO LAZER, NA CULTURA E NOS CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS

PREÂMBULO

Historicamente, o acesso ao esporte, à cultura e ao lazer pelas mulheres restringia-se ao espaço doméstico-familiar. Ampliar e massificar esse acesso exige políticas públicas direcionadas ao exercício pleno de direitos iguais pela mulher.

Promover cidadania da mulher também é assegurar a participação dela no esporte, no lazer, na cultura e nos conteúdos audiovisuais, respeitando e incentivando a diversidade dela, inclusive de gênero. Disso farão parte: o estímulo à criação do Comitê de Gênero nos órgãos municipais das políticas de esportes, lazer, cultura e conteúdos audiovisuais; e a participação de mulheres em todos os eventos realizados ou apoiados pelo Município.

Acesso à cultura é fator de conhecimento e, portando, de real libertação, e não se chega a esse ponto sem espaços de disseminação de saberes e de debate sobre a condição da mulher em toda a sua diversidade – sobretudo, nos tempos presentes, de gênero.

Promover cultura e conteúdos audiovisuais, de forma igualitária e democrática, requer a contemplação de toda a diversidade e especificidades das mulheres.

Isso posto, todas as ações do Poder Público Municipal, como as delineadas a seguir, tomarão as mulheres por iguais na diversidade – especialmente de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geracional

AÇÕES - CULTURA E CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS

Contribuir para a desconstrução cultural da imagem discriminatória e estereotipada da mulher, inclusive nas mensagens de publicidade oficial e de utilidade pública destinadas aos mais diversos agentes de comunicação e mídia.

Capacitar os agentes institucionais que lidam com os meios de comunicação de massa sobre a temática de gênero, com vistas à valoração de conteúdos que reforcem os direitos iguais e de diversidade das mulheres.

Fomentar a produção e difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados nos meios de comunicação, incluindo campanhas de denúncia e combate à discriminação e aos estereótipos veiculados na mídia, e valorizando o protagonismo e as realizações das mulheres.

Apoiar ações de capacitação de profissionais de comunicação e mídias com vistas ao respeito e valoração de toda a diversidade.

Fomentar a produção cultural e de audiovisual afirmativa, valorizando as expressões independentes das mulheres e sua contribuição para a diversidade cultural.

- Apoiar fóruns de reflexão sobre direitos e diversidade da mulher, e estimular a produção e difusão de conteúdos que promovam a igualdade delas – nas áreas cultural, de material audiovisual, de livros e demais materiais educativos/informativos.
- Promover a difusão de informações e publicações sobre gênero nas bibliotecas públicas e comunitárias.
- Promover o acesso das mulheres aos bens culturais, às tecnologias da informação e aos conteúdos audiovisuais, inclusive alternativos, recorrendo a ações de capacitação para inclusão digital das mulheres, consideradas em toda a sua diversidade.
- Promover o acesso das mulheres aos diversos meios e ferramentas de produção cultural e de conteúdos audiovisuais.
- Estimular e fomentar os talentos criativos das mulheres nas diversas áreas e canais de atividade artística e cultural (música, cinema, vídeo, TV, rádio, literatura, designer, moda, artes visuais, artes cênicas, dança, cultura popular, publicidade).
- Ampliar a participação das mulheres nos programas destinados à promoção da educação para as competências criativas, bem como para a criação e gestão de empreendimentos culturais.
- Assegurar a inserção das mulheres nas oportunidades econômicas fomentadas por programas e projetos do Poder Público Municipal na área da cultura.
- Promover o acesso das mulheres a linhas de financiamento (incluindo o microcrédito) destinadas aos micro e pequenos empreendimentos culturais e de produção audiovisual.
- Estimular a produção e difusão de material audiovisual, livros, materiais educativos e informativos que abordem a presença das mulheres na história e na cultura, com foco na diversidade.
- Estimular a participação ativa das mulheres na construção de instrumentos de monitoramento e análise de conteúdos da mídia relacionados a gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Criar Grupo de Trabalho de Cultura, Comunicação e Mídia Não Discriminatória, com representantes dos Poderes Públicos e da sociedade, para fomentar a formulação de ações de incentivo à difusão de imagens não estereotipadas da mulher nos meios de comunicação e nas mensagens publicitárias.
- Encaminhar a elaboração de código de ética e/ou conduta que assegure a diversidade da mulher nas imagens e conteúdos patrocinados ou divulgados pelo Poder Público municipal.

AÇÕES - ESPORTE E LAZER

- Promover a inclusão das mulheres em atividades esportivas tradicionalmente masculinas.
- Estimular práticas esportivas e de lazer entre as mulheres, criando para elas programas específicos, e ampliação da participação delas nos diversos

- programas municipais de esporte e lazer, incorporando a diversidade pactuada no preâmbulo (acima).
- Desenvolver programa específico de apoio e fortalecimento das atividades esportivas de jovens trabalhadoras.
- Realizar campanhas de incentivo à prática esportiva pelas mulheres, com ênfase nos benefícios à saúde e à qualidade de vida.
- Fomentar a criação de centros esportivos (para diversas modalidades) nas escolas, que sejam capazes de atrair a participação das mulheres/meninas.
- Fomentar pesquisas e diagnósticos para melhor difundir a participação das mulheres nas ações de esporte, lazer, cultura e conteúdos audiovisuais.
- Valorizar as mulheres atletas, independente das modalidades a que se dedicam, contribuindo para criar condições de maior presença das mulheres nas arenas esportivas.
- Divulgar, amplamente, as realizações e conquistas das mulheres nos esportes, na cultura nos conteúdos audiovisuais.
- Desenvolver Plano de Fomento ao esporte feminino de alto rendimento, incluso o futebol.
- Estimular a participação profissional da mulher nos esportes, inclusive nas funções diretivas, nas obras para grandes eventos e na coordenação de grandes eventos.
- Fomentar a adesão das organizações esportivas ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, contribuindo para a ascensão das mulheres a cargos diretivos em suas estruturas administrativas.
- Estabelecer parcerias com as mais diversas entidades esportivas para o enfrentamento à violência e à discriminação contra as mulheres e à exploração sexual de meninas e mulheres, com ações para prevenir e punir essa exploração nos grandes eventos esportivos.
- Inserir nos comitês gestores dos grandes eventos esportivos o debate e definição de ações para promover a igualdade de gênero e o enfrentamento à violência e à discriminação contra as mulheres durante esses períodos.

SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

Situação

- Em Natal, a política de segurança pública é bastante tímida. É implementada pela SEMDES – Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, órgão relativamente recente, e basicamente se limita à administração à proteção do patrimônio público e à administração da Guarda Municipal.
- Parte importante da SEMDES é a Guarda Municipal. É uma corporação uniformizada e armada, a qual cabe a vigilância dos bens, serviços e instalações municipais e a colaboração com a segurança pública e preservação do patrimônio público, histórico e ambiental.

Entretanto, não é essa a realidade.

Consta que a Guarda Municipal Guarda Municipal, em parceria com a SEMURB, realiza operações de combate à poluição sonora provocada por paredes de som.

Além disso, a Guarda desenvolve rondas de proteção de unidades educacionais e de saúde municipais.

E ainda: a Guarda Municipal seria responsável pela execução de duas ações sociais que objetivariam promover a segurança preventiva, com recursos de convênios com o Ministério da Justiça, e que estão melhor explicadas na crítica a à política de segurança do Município, mais adiante: o Programa Semente Cidadã (PROSEMC) e o Projeto Agente Mirim Ambiental de Natal (AMANA).

A crítica

De acordo com o Atlas da Violência (publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, juntando as bases de dados do IBGE e do IPEA), Natal se encontra entre as cidades mais violentas, no Brasil e no mundo. Um cenário aterrador, e já conhecido.

Por isso mesmo, é inadmissível a timidez letárgica da política municipal de segurança. Aliás, Natal resiste até à expressão “segurança pública”, como que para não se sentir culpada dessa verdadeira tragédia que consome vidas e bloqueia o nosso desenvolvimento.

Age como se a segurança pública não fosse de sua responsabilidade – e, do ponto de vista legal, não é. Mas isso é um defeito da legislação, porque na verdade a capital deveria ser mais interessada até que o governo estadual. Afinal, está em jogo a sua segurança, de seus cidadãos.

Em suma: Natal foge ao protagonismo na segurança pública. Contenta-se com o vergonhoso papel de coadjuvante – quando muito, ao de vigilância dos logradouros públicos.

Proposição

- ✓ Elaboração do mapa da criminalidade e da violência, com auxílio de entidades especializadas. Monitoramento desse mapa eletronicamente, remotamente, mas em tempo real – para subsidiar as corporações fardadas e os cidadãos de informações precisas.
- ✓ Com base no diagnóstico preciso dos fatores e locais da criminalidade, pôr em efetiva execução o Plano Municipal de Segurança Pública.
- ✓ Constituição de canais de comunicação com a população, que permitam identificar e implementar programas de autodefesa da população (com auxílio do Município e das corporações armadas).
- ✓ Integração total das ações de segurança municipais com as dos órgãos federais e estaduais.
- ✓ Guarda Municipal treinada para atuar ostensivamente na prevenção do cometimento de crimes.

- ✓ Implementação do uso de imagens geradas através de vigilância eletrônica.
- ✓ Desenvolvimento do Núcleo de Inteligência da Guarda Municipal.
- ✓ Por fim, o desenvolvimento de políticas de prevenção ao crime, tendo como público alvo as crianças e os adolescentes.

SERVIÇOS URBANOS

Situação

Excluindo a limpeza urbana, todos os demais serviços urbanos, em Natal, ficam a cargo da SEMSUR – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que, dentre suas atribuições, destacam-se:

- normatizar e fiscalizar o comércio ambulante, bancas de revistas, quiosques, trailers, etc.;
- administrar, fiscalizar, implantar, regular e racionalizar os serviços urbanos em cemitérios públicos, áreas públicas, horto municipal, solo urbano, iluminação pública convencional e especial de vias e logradouros públicos, feiras livres e mercados públicos, apreensão de animais, lavanderias públicas;
- implantar medidas que estimulem o comércio diretamente do produtor ao consumidor;
- projetar obras e serviços de interesse metropolitano;
- auditar as atividades que utilizem pesos e medidas, no âmbito de sua competência;
- adotar medidas preventivas, em conjunto com órgãos congêneres, relativas à saúde pública;
- vincular suas ações à paisagem da Cidade, de modo a mantê-la atrativa e saudável, objetivando o cumprimento da sua vocação turística;
- proceder, dentro das normas técnicas, à análise, ao licenciamento e à fiscalização dos serviços de poda e abate de árvores;
- instituir cronograma de ações pertinentes às feiras livres, para fazer cumprir determinações da Vigilância Sanitária.

Feiras Livres – Programação das Feiras Livres em Natal:

DIA DA	BAIRRO OU	Nº DE	Nº DE
--------	-----------	-------	-------

SEMANA	COMUNIDADE	BARRACAS	FEIRANTES
Segunda-feira	Rocas	370	370
Terça-feira	Igapó	415	255
Quarta-feira	Carrasco	819	477
	Santarém	27	14
	Aliança	229	186
Quinta-feira	Panorama	332	196
	Planalto	186	97
Sexta-feira	Parque dos Coqueiros	450	298
	Cidade Praia	112	77
Sábado	Alecrim	836	437
	Sta. Catarina	490	223
	Felipe Camarão	85	53
	Cidade Nova	58	29
	Pajuçara	62	32
	Quintas	232	144
Domingo	Cidade da Esperança	386	406
	Lagoa Seca	206	122
	Mãe Luiza	99	67
	Nova Natal	550	283
	Gramoré	96	65
	Nova República	40	21
	TOTAL		6080

Praças públicas de Natal:

ZONA LESTE		ZONA NORTE		ZONA OESTE		ZONA SUL	
Bairro	Nº	Bairro	Nº	Bairro	Nº	Bairro	Nº
Alecrim	6	Nª Sra. Apresentação	4	Bom Pastor	6	Candelária	12
Areia Preta	7	Pajuçara	8	Cid. Esperança	3	Capim Macio	10
Barro Vermelho	3	Potengi	28	Felipe Camarão	3	Lagoa Nova	26
Cidade Alta	20	Lagoa Azul	10	Guarapes	1	Neópolis	23
Petrópolis	4	Igapó	4	Nordeste	8	Nova Descoberta	2
Lagoa Seca	1			Nª Sra. Nazaré	2	Pitumbu	7
Praia do Meio	7			Quintas	6	Ponta Negra	11
Ribeira	5						
Mãe Luiza	1						
Rocas	7						
Santos Reis	3						
Tirol	11						
Total	75	Total	60	Total	29	Total	91

- *Total Geral: 255 praças (das quais, apenas uns 20% com identificação - prova do abandono delas).*
- *Bairros sem praça: Salinas, Planalto, Cidade Nova e Dix-Sept-Rosado.*
- *Praças que se caracterizam como "terreno Baldio": Sorocaba, Tucuruí, Caucaia, Arauana no bairro Potengi; a Praça Marechal Floriano Cavalcante, Conjunto Serro Azul I, Airton Senna, Dr. João de Oliveira Neto e praça "sem nome" no bairro Neópolis.*

- *Os bairros de Mãe Luiza e Guarapes possuem apenas uma praça cada, embora neles exista espaço livre para construção de mais praças.*

Projetos – a SEMSUR mantém a ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com o objetivo: Conservação, ampliação e melhoria do sistema de iluminação de logradouros e vias públicas.

Além disso, pretende:

1. URBANIZAÇÃO DO CANAL DO BALDO – Proteger e conservar o canal, além de dotá-lo de visual atraente e útil à população. Construir pista de cooper, jardins, passarelas, bancos e iluminação adequada.
2. CONSTRUÇÃO DE UM HORTO SOB O VIADUTO DO BALDO - produção de mudas, incluindo a perfuração de um poço, para aparelhar e irrigar o empreendimento.

Outras atividades desenvolvidas pela SEMSUR:

- Iluminação pública, iluminação especial, iluminação festiva e da iluminação para eventos.
- Urbanização de áreas públicas (Praças, Canteiros, Praias e Áreas de Lazer).
- Administração, controle e fiscalização de Feiras Livres, Mercados Públicos, Lavanderia Pública, Camelódromos, Camelôs, Bancas de Revistas, Trailers, Quiosques, Cemitérios Públicos, Comércio Ambulante.
- Liberação de áreas públicas para Parques e Circos.
- Administração dos serviços públicos de Apreensão de Animais, Podação, Tratamento Fitossanitário e Horto Municipal
- Serviço de poda de árvores, por meio de profissionais do quadro da Secretaria, que inclui engenheiros agrônomos e arboricultores.

Outras atribuições da SEMSUR:

- Administração dos Cemitérios Públicos: 8 (Nova Descoberta, Ponta Negra, Bom Pastor I e II, Igapó, Redinha, Pajuçara e Alecrim). Túmulos: em volta de 44.000. Custo de enterro: média de R\$ 100,00.
- Administração dos Mercados Públicos: 7 (Mercado das Quintas; Mercado da Pedra, ou “Mercado da 4”; Mercado Antônio Carneiro, ou “Mercados da 6”; Mercado Francisca Barros de Moraes, ou “Mercado das Rocas”; Mercado da Redinha; Mercado do Peixe, no Canto do Mangue; Mercado de Petrópolis.
- Administração de Camelódromos:

- 1) Do Alecrim, com 416 boxes, cuja administração foi cedida a uma associação dos camelôs.
- 2) Da Cidade Alta, com 459 boxes.

Outros equipamentos urbanos administrados pela SEMSUR:

- QUIOSQUES – são 29 em Ponta Negra e 18 na Praia do Meio
- BANHEIROS PÚBLICOS – são 12, nas Praias: do Meio, dos Artistas, do Forte e de Ponta Negra.

A Crítica

1. O site da SEMSUR é por demais precário quanto às informações relevantes dos serviços prestados, especialmente quanto à principal atividade da pasta, que é cuidar da iluminação pública, considerando ainda que essa principal atividade representa a sua principal fonte de receita.
2. Os recursos para manutenção da rede pública de iluminação são oriundos da Cosip (Contribuição de Iluminação Pública), que equivale a 15% do valor líquido na conta de luz – é muito.
3. A Cosip nasceu para manter apenas a rede pública de iluminação (59 mil postes), mas a sua generosa receita mensal (cerca de R\$ 5 milhões), acaba por financiar outras atividades administrativas (o que não pode).
4. Apesar da relevância iluminação pública, seja como atividade principal da SEMSUR ou como principal fonte de receita, a Prefeitura não divulga dados relevantes sobre essa atividade, tais como: alocação e aplicação dos recursos arrecadados; benefícios diretos à população gerados por tais recursos; principais modalidades de iluminação em que são investidos os recursos.
5. Todos os mercados públicos estão sem potencial atrativo para turistas (ou mesmo para os natalenses), dada a forte sensação de abandono pela administração pública – como se essa deixasse a administração desses equipamentos à própria sorte dos comerciantes do local, embora haja qualquer informação de que isso de fato ocorra.

Proposição

I – Nessa área, a palavra chave da proposta é TRANSPARÊNCIA. Considerando a diversidade, o volume e a relevância dos serviços públicos prestados pela SEMSUR, para toda a cidade, mas, em especial, para a população mais pobre, deve ser dada

prioridade máxima aos requisitos informativos e interativos da SEMSUR, implicando em:

1. Maior volume possível de informações, sobre todos os serviços prestados pela SEMSUR, por meio do site, de outros canais via internet e de aplicativos móveis;
2. Interatividade – possibilidade do usuário dos serviços públicos da SEMSUR requisitá-los e monitorar o seu atendimento via internet, ou aparelhos móveis;
3. Publicidade institucional e educativa – concentrar recursos e ações de publicidade na realização de campanhas educativas ou informativas, desde que pertinentes aos serviços prestados pela SEMSUR.
4. Transparência – publicação sistemática e detalhada da aplicação dos recursos da Cosip, por diversos canais de comunicação, inclusive os oficiais.

II – Instituição de programas especiais de resgate, recuperação, revitalização e manutenção de:

- a) **Praças públicas** – entregando-as à população como espaços saudáveis de convivência e lazer e, sobretudo, iluminando-as devidamente e integrando-as à política municipal de segurança pública e defesa social. Parcerias possíveis: forças de segurança, Governos do Estado e da União, entidades empresariais do setor de comércio e serviços e empreendedores locais.
- b) **MERCADOS PÚBLICOS** – OBJETIVANDO: TRANSFORMÁ-LOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS VIÁVEIS DE COMPRAS, CULTURA, GASTRONOMIA E LAZER; E INTEGRÁ-LOS À POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO. PARCERIAS POSSÍVEIS: FORÇAS DE SEGURANÇA, SEGMENTOS EMPRESARIAIS DO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS TURÍSTICOS, ARTISTAS, PRODUTORES CULTURAIS E ARTESÃOS.

MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Situação

As atividades de urbanismo e meio ambiente do Município do Natal estão delineadas assim:

1. Área Informação, Planejamento Urbanístico e Ambiental – Tem a seu cargo a coleta, tratamento e arquivamento de informações para o planejamento urbanístico; a gestão dos sistemas de georeferenciamento; e a gestão do patrimônio histórico, artístico e urbanístico do município.

2. Área de Fiscalização e Licenciamento – Tem a seu cargo a fiscalização urbanística e ambiental, incluindo o julgamento administrativo de infrações, e o licenciamento de obras públicas, privadas e de serviços.
3. Área de Gestão Ambiental – Tem a seu cargo a gestão das iniciativas socioambientais, de recuperação e conservação ambiental.

A cargo do órgão municipal de meio ambiente e urbanismo está o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, unidade de conservação da natureza, situada no campo dunar dos bairros Pitimbu e Cidade Nova.

A Crítica

- 1) Não está clara uma necessária relação entre a SEMOB e a SEMURB, posto que são autorizados empreendimentos sem a alocação de vagas de estacionamento, e sem que a população saiba a qual Secretaria compete o efetivo controle dessas vagas. Os exemplos mais salientes são as agências bancárias e as escolas que, em muitos casos, não têm as vagas correspondentes às suas atividades.
- 2) A não atualização (constante) dos levantamentos aerofotogramétricos, face ao boom imobiliário, prejudica o cadastro técnico de imóveis (pela SEMURB) – e consequentemente o melhor uso do estoque de imóveis, em conformidade com as normas do Plano Diretor.
- 3) A Prefeitura retarda bastante a atualização do Plano Diretor, o que prejudica negócios, investimentos, modernização dos instrumentos de gestão do solo urbano e até a ação do Poder Público.

Proposição

- 6) Integrar a SEMOB com a SEMURB, estabelecendo diretrizes para os efeitos da mobilidade urbana decorrentes da alocação de atividades econômicas.
- 7) Implantar sistema de feed-back efetivo, com divulgação de resultados, de forma que o contribuinte possa opinar sobre o serviço prestado. O sistema deve ser informatizado e, se possível, portátil em celulares.
- 8) Plano Diretor – democratizar e facilitar a sua atualização, criando fórum de discussão permanente, composto de especialistas, mas também de representantes de empreendedores, investidores e moradores.

ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA

Situação

Notas preliminares:

Em Natal, as políticas de assistência social e trabalho estão a cargo da SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

As políticas de trabalho envolvem: qualificação profissional e para o emprego; intermediação do emprego (ponte entre empresas e trabalhadores desempregados); fomento e capacitação do artesanato; fomento a micro empreendimentos; e fomento à economia solidária

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Art. 1º):

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

O SUAS – Sistema Único da Assistência Social

- ✓ Pacto federativo, com definição de competências e contrapartidas financeiras dos entes (União, Estado e Município);
- ✓ Organiza as ações pelo conceito de Proteção (Básica e Especial, segundo os níveis de complexidade da assistência) e por territórios (partes do município), tal como na saúde;
- ✓ Incentiva a gestão por resultado, descentralizada e participativa, em todo o território nacional.

Financiamento da Assistência Social

Principais diretrizes:

- financiamento da rede socioassistencial local é realizado mediante aporte de recursos nos orçamentos de cada ente federado, transferidos por meio de repasses na modalidade fundo a fundo, de forma regular e automática, de acordo com critérios de partilha pactuados nas Comissões Intergestores (CIB e CIT) e deliberados nos conselhos de assistência social, para o cumprimento de sua programação de ações e serviços.
- cofinanciamento, estabelecido no art. 28 da LOAS, deve assegurar à rede de serviços do SUAS a provisão de recursos das três esferas de governo.

Financiamento Tripartite

Condições necessárias para o recebimento de recursos do FNAS (Art. 30 da LOAS) - dispor de:

- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Plano Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS, com alocação de recursos próprios do Tesouro Municipal em seu Orçamento;
- Unidade Orçamentária própria do FUMAS, contemplando os recursos destinados às Ações/Serviços de Assistência Social (as parcelas do cofinanciamento federal, estadual e municipal).

O IGD DO SUAS

- ⇒ É o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada, para fins de apoio financeiro complementar da União, destinado somente ao aprimoramento da “gestão descentralizada”.
- ⇒ O índice varia de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho da gestão e maior o valor do apoio financeiro.
- ⇒ Para receber os recursos do IGD/SUAS, o Município deve alcançar índice superior a 0,2 (dois décimos).

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO IGD/SUAS – somente em:

- ✓ Reforma, adaptação, adequação de prédios para acessibilidade;
- ✓ Aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao aprimoramento da gestão;
- ✓ Desenvolvimento de sistemas de informática que auxiliem na gestão;
- ✓ Capacitações e treinamentos dos trabalhadores do SUAS;
- ✓ Campanhas de divulgação e comunicação dos serviços socioassistenciais.

A Crítica

1. Percebe-se muita ênfase na execução de políticas, programas e ações conhecidos como de assistência social à pessoa vulnerável, quando a assistência social, numa conceituação atualizada, deve incluir as políticas de fomento ao empreendedorismo, ao trabalho, ao emprego e à renda.
2. As políticas de fomento incluem, por sua vez, ações de qualificação da mão de obra local, de intermediação do emprego e de fomento à economia solidária (designação para arranjos produtivos comunitários), ao artesanato e à micro empresa – que a pasta, bem ou mal, já executa, mas que ficam mascaradas pela prioridade dada às de assistência social.
3. Para uma maior transparência e interação com a população, e para um fortalecimento real e efetivo do controle social, não se percebem:
 - 3.1. Uma Ouvidoria Independente e um site dinâmico e interativo – que reduzam os deslocamentos da população beneficiária às unidades de prestação de serviços da SEMTAS;
 - 3.2. Um Portal de Transparência próprio da Assistência Social, rico em dados e informações, considerando a expressividade do seu Orçamento e a grandeza do público assistido;
4. Percebe-se a ausência da busca sistemática por índices consistentes de avaliação dos resultados das políticas sociais executadas, inclusive como aprimoramento permanente da gestão, que vem a constituir a finalidade principal do IGD/SUAS.

Proposição

1. Elaboração e adoção de Índices de aferimento da qualidade dos serviços prestados, para otimização da alocação de recursos (financeiros, materiais e humanos) e melhor distribuição territorial dos programas e ações, incluindo um Índice de Avaliação da Gestão Descentralizada do PBF, para subsidiar e melhor dimensionar a aplicação dos recursos desse programa no território de Natal;
2. Implantar um Sistema de Vigilância dos Programas Sociais, com colaboração e participação direta da população.
3. Implementar processos globais e específicos de planejamento estratégico e de avaliação das metas, tanto da pasta como por programa.
4. Estabelecer e normatizar Padrões de Qualidade dos Serviços prestados à população, inclusive a partir dos indicadores.
5. Promover a gestão descentralizada do FUMAS (a maior fonte de recursos para as ações da pasta), por programa ou área específica mantida por este Fundo.
6. Destinar mais recursos (provenientes do IGD-SUAS ou de parcerias) ao aprimoramento do controle social do SUAS, através do fortalecimento do CMAS e da capacitação dos seus membros.

7. Elevar as ações de Trabalho, Emprego e Renda, bem como as de Educação Permanente (capacitação e qualificação) à condição de políticas estratégicas de desenvolvimento do Município.
8. Criar os seguintes instrumentos de fortalecimento do controle social: Ouvidoria da Assistência Social, Portal de Transparência da Assistência Social e site interativo, com a maior prestação possível de serviços online.

EM TRABALHO, EMPREGO E RENDA

1. *Política de emprego e Intermediação de Mão de Obra (IMO)*

- 1.1. Buscar a formalização e uma parceria com a Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, para ampliar, no Município, o acesso ao Sistema Público de Emprego (ferramenta que administra vasto banco de dados de vagas de emprego em todos os setores, em todo o Brasil).
- 1.2. O conceito da IMO é muito importante, e será potencializado - mediante *Agências de Emprego*, dentro de instalações municipais já existentes na cidade, para pesquisar e divulgar vagas e das condições para preenchê-las, e ainda informar ao Município em que áreas mais atuar, nas ações de qualificação e capacitação.

2. *Política Municipal de Qualificação e Capacitação... Para o Emprego!*

- 2.1. Conhecendo as vagas e as condições, vamos disponibilizar cursos e oficinas rápidas de qualificação para as condições mais exigidas. E estamos falando de uma coisa bastante provável - posto que em parceria, com o mundo empresarial, instituições de ensino e outras esferas de governo.
- 2.2. Outra política bastante factível é o incentivo a escolas técnicas e profissionais de nível médio. Como? Concedendo algum incentivo fiscal (redução de impostos) e até disponibilizando salas e prédios municipais para esses cursos e aulas.

3. *Política de intermediação do microfinanciamento*

- 3.1. Sem muito dispêndio, o Município pode muito bem atuar na intermediação de financiamentos para o pequeno empreendedor. Não como garantidor, mas orientando e preparando o microempreendedor sem custos, para se credenciar junto às melhores linhas de crédito.

4. *Política de incentivo à Economia Solidária*

Economia Solidária ocorre quando diversos produtores, de uma mesma área de atuação, se unem para pagar menos aos fornecedores de seus suprimentos; para conseguir melhores preços para seus produtos; para desenvolver as melhores técnicas de produção (a custos baixos para todos); e até para pagar menos impostos.

Vamos incentivar, treinar e fomentar, fortemente, a formação de grupos de produtores, para que seus produtos ou serviços ganhem em qualidade e margem de lucro (às vezes, até abaixando o preço para o consumidor, desde que aprenda a reduzir e controlar custos).

5. *Política de artesanato*

Também sem muito dispêndio, podemos qualificar a nossa produção artesã. De novo, através de parcerias com universidades, SEBRAE, Sistema “S” e muitas empresas de qualificação, podemos e vamos incentivar cursos e oficinas de qualificação do artesanato, de acordo com as tipologias predominantes em Natal. Ao final, e apesar do baixo custo dessa política, os ganhos serão enormes:

- ✓ Produtos mais bem elaborados;
- ✓ Redução dos custos de produção;
- ✓ Aumento das margens de lucro – pela redução dos custos;
- ✓ Produtos mais competitivos – inclusive, mais compatíveis ao mercado internacional (isso mesmo, estamos tratando de exportação).

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Situação

A SEHARP – Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, tem como atribuições o seguinte:

- ✓ Formular a política municipal de habitação e de regularização fundiária
- ✓ Desenvolver programas de habitação popular
- ✓ Promover a regularização e a titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda
- ✓ Coordenar as ações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CONHABINS
- ✓ Gerenciar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FUNHABINS

A Crítica

Não existe estrutura de Governança e Conformidade Legal na estrutura da SEHAPE, colocando em risco a obtenção de recursos externos para programas de desenvolvimento, que devem obedecer às recomendações da OCDE.

É desconhecido um programa intenso de regularização das propriedades da população mais pobre, porque simplesmente essa população segue no mesmo quadro de irregularidades de sempre.

Ao não regularizar essas propriedades, perde a população (no valor do bem, no acesso a créditos) e perde a administração municipal (em receitas).

Proposição

- 1) Implantar sistema de governança e conformidade legal na estrutura, conforme as diretrizes da OCDE sobre governança corporativa. Isso a habilitará a obter recursos externos de entidades que exigem transparência e conformidade legal formalmente estruturadas e permitir identificação de desvios de conduta de seus empregados e fornecedores.
- 2) Deslançar um programa consistente de regularização da propriedade urbana de baixa renda, buscando auxílio, parceria e (sobretudo) forma de financiamento dessa regularização (inclusive com o sistema financeiro – afinal, a valorização dessas propriedades interessa a todos).

ESPORTES

A Situação

Infraestrutura de Esporte

(Fonte: Relatório Cidades do Esporte)

- ⇒ Ginásio de Esportes Nélio Dias – Av. Guararapes, Lagoa Azul, com capacidade para 10 mil pessoas.
- ⇒ Palácio dos Esportes Djalma Maranhão – Rua Trairi, Petrópolis, com capacidade para 2,5 mil pessoas.
- ⇒ Centros comunitários com dependências para recreação de prática esportiva = 50 unidades.
- ⇒ Praças com Quadra de Esportes = 94 unidades. (Em conjuntos habitacionais: 47, sendo 23 na Zona Sul, 3 na Zona Oeste e 21 na Zona Norte).
- ⇒ Campos de futebol que abrigam competições (bairros): Santa Catarina, Nova Natal, Pajuçara, Soledade II, Rocas, Nova Descoberta, Jiqui-Pirangi, Cidade da Esperança, Cidade Satélite (fonte: pesquisa na internet).

A Crítica

O site da SEL informa muitíssimo pouco a respeito das ações desenvolvidas pela secretaria. Informa apenas o nome do secretário, telefone para contato, competências, endereço e organograma, mas sem transparência quanto à gestão.

A pasta produz um calendário anual para as atividades de esporte e lazer.

O Ginásio Palácio dos Esportes está com aspecto bastante deteriorado, aguardando há anos uma reforma digna de seu porte (maior praça poliesportiva da Prefeitura).

Mais grave é o fato de Natal ainda não dispor de importantes instrumentos para uma consistente política municipal de esportes, tais como: Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, Conselho Municipal do Esporte, Plano Municipal do Esporte e Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte. Essa lacuna demonstra o quão distante Natal está de atribuir alguma prioridade ao esporte como meio de formação de sua juventude.

A Proposição

- ✓ Elaboração e encaminhamento, à Câmara Municipal, do Plano Municipal de Esportes, definindo a política de esportes e tratando de metas para aproveitamento de espaços, equipamentos, programas, ações, eventos, recursos humanos e orçamentários e formação profissional dos servidores envolvidos.
- ✓ Profissionalização dos servidores da pasta no gerenciamento de políticas públicas para esportes.
- ✓ Proposição de lei municipal de incentivo ao esporte, visando incentivar o desporto educacional e de alto rendimento.
- ✓ Cumprimento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e da Lei Federal nº 9.696/98 (que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física), no que concerne à obrigação de a Secretaria Municipal de Educação levar a Educação Física para todos os níveis de ensino da Rede Municipal.
- ✓ Ações conjuntas das Secretarias Municipais de Educação e de Esportes, para o desenvolvimento de programas esportivos e de lazer que envolvam a juventude em geral e o alunado em particular.
- ✓ Inserção dos alunos, pelas escolas municipais, em ao menos uma modalidade esportiva coletiva e uma individual, visando o desenvolvimento do esporte.
- ✓ Acompanhamento pedagógico e psicológico de crianças e adolescentes envolvidos com drogas, visando à inserção dos mesmos nas ações de esporte do Município.
- ✓ Resgate e fortalecimento dos Jogos Estudantis Municipais, como evento aglutinador da nossa juventude, independente da escola ou da condição social.
- ✓ Incentivo à prática do atletismo no Município, com aproveitamento de pistas públicas de atletismo, em parcerias com outras instituições.
- ✓ Mapeamento de estruturas de campos de futebol existentes na cidade, visando integrá-las e otimizar os seus usos, inclusive num programa municipal de incentivo ao futebol de bairro, que deve ser instituído.

- ✓ Articulação, com os diversos segmentos sociais, políticos e econômicos, a implantação da Política Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.
- ✓ Diagnóstico permanentemente atualizado de todas as ações do esporte participação/lazer, esporte escolar e esporte rendimento, no Município de Natal, como instrumentos de informação para implantação de programas e projetos.
- ✓ Promoção de campanhas institucionais que estimulem a demanda pela prática de atividades do esporte e lazer em todo o Município de Natal, destinadas às crianças e jovens em situação de risco social, em parceria com outras instituições públicas, privadas e mídia.
- ✓ Administração de um calendário de grandes eventos do esporte de rendimento, valorizando todas as regiões administrativas do Município, bem como a criação e realização dos Jogos Abertos da Cidade de Natal.

CULTURA

Crítica e Proposição

Cultura é uma das dimensões do cidadão. O molda para que forme sua identidade social e se conecte aos demais. Mas, acima de tudo, forja a identidade da população. Estará na preocupação estratégica da nossa gestão.

Mudaremos o paradigma da atual gestão, que limita a cultura a uma de suas dimensões – o lazer. Pior, na antiquada concepção do pão e circo, da pura e simples diversão, desprovida da contemplação estética e da reflexão analítica.

Adotaremos a cultura como parte da estratégia de desenvolvimento econômico da cidade, resgatando e valorizando os bens culturais da cidade e da sua gente. E interconectando a cultura com o turismo e a educação.

Especial atenção será dada à prospecção e consolidação de novos talentos, incentivando não só as atividades culturais coletivas, como também as atividades de descoberta e promoção de bens culturais produzidos por talentos individuais.

Lamentavelmente, teremos que antes preencher lacunas, como a conclusão e efetiva implementação do Plano Municipal de Cultura, envolvendo a Câmara Municipal, aonde se encontra sob análise, e todos os segmentos da sociedade interessados na cultura e no desenvolvimento. Para além do fomento às tradicionais atividades artísticas e culturais, o Plano tratará de fomentar as manifestações populares e tradicionais de cultura, para que também elas sejam aproveitadas pelo turismo, como patrimônio histórico e cultural da cidade.

O Fundo Municipal de Cultura será instrumento valioso do Plano. Seus recursos serão destinados, prioritariamente, à fomentação das atividades culturais, das expressões artísticas e das manifestações populares, de modo que a contratação de artistas do cenário nacional ou internacional será restrita às datas que comprovadamente atraíam turistas.

Os patrimônios arquitetônico, histórico e imaterial da cidade também assumirão posição de destaque na estratégia de alavancagem do turismo. Logo, na destinação dos recursos do Fundo.

Nossas políticas de cultura e educação estarão irmanadas, a cultura fornecendo elementos à formação de nossos jovens e a educação valorizando os nossos bens culturais.

Vamos formalizar e fortalecer parcerias com grandes casas de espetáculo da iniciativa privada, visando prover palco e público para os talentos e manifestações artísticas da cidade e conceber um calendário de eventos culturais conectado com o turismo, recheado de festivais culturais e de gastronomia, folclore, artes e artesanato. Mas também incentivar o surgimento de teatros e casas de espetáculos privadas nos bairros, em todas as regiões da cidade,

O centro histórico de Natal também receberá especial atenção e será resgatado do abandono. Vamos buscar parcerias para recuperá-lo e transformá-lo em destino atraente do turismo na vertente cultural.

Vamos criar condições para formação de uma rede municipal de pontos de cultura, com apoio do Ministério da Cultura e da iniciativa privada, bem como para integração dessa rede ao circuito cultural e turístico da cidade.

Algumas tarefas específicas fortalecerão a nossa estratégia de integração da cultura com o turismo, a educação e ao desenvolvimento, tais como:

- Amplo acesso da população aos nossos bens, atividades e programações culturais, inclusive e especialmente por meios digitais e virtuais;
- Adequação da legislação e das fontes de recursos financeiros à estratégia de integração cultura/turismo/educação/desenvolvimento e ao acesso da população aos nossos bens culturais;
- Elaboração e implementação de um calendário de ações culturais nas escolas;
- Ampla divulgação dos produtos culturais dos nossos artistas, especialmente na internet - não descartando a disponibilização de um poderoso portal inteiramente dedicado à cultura e às artes de Natal.

